

---

# CADERNOS DO CEIS 20



Nº 26 / 2019

*Monumentos do Salazarismo*  
*Curta-metragem retrospectiva*

*Luís Miguel Correia*

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Ceis20

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA DA CAPA

Pantone4

PRÉ-IMPRESSÃO

Leonel Brites

EXECUÇÃO GRÁFICA

Tipografia Damasceno

ISBN IMPRESSO

978-989-26-1803-6

ISBN DIGITAL

978-989-26-1804-3

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1804-3>

---

# CADERNOS DO CEIS 20

Nº 26 / 2019

*Monumentos do Salazarismo  
Curta-metragem retrospectiva*

*Luís Miguel Correia*

(Página deixada propositadamente em branco)

*In memoriam*  
*Graça Simões*

(Página deixada propositadamente em branco)

# **MONUMENTOS DO SALAZARISMO**

## **CURTA-METRAGEM RETROSPETIVA**

Luís Miguel Correia  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), Departamento de Arquitetura  
Universidade de Coimbra, P-3004 516 Coimbra, Portugal  
<https://orcid.org/0000-0002-3690-930X>

### **RESUMO**

Na recente investigação cumprida em *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo* concluímos, em definitivo, que da *definição de um projeto à memorização de um legado* se consagrou na organização do espaço português certa ideologia política, incontestada estratégia, com certeza concertada nos princípios de uma reavida Portugalidade defendida pelo regime chefiado por António de Oliveira Salazar. O *Estadonovismo* seria, assim, presumivelmente presenciado como um programa pessoal sobremaneira comprometido com convicções nacionalistas e antidemocráticas, projetadas e sancionadas numa nova Constituição responsável pela imposição de um poder tendencialmente totalitário. Porém, conjuntamente em razão de diferentes episódios e factos sobrevividos à época da Ditadura, compreender-se-ia que dito plano para Portugal se impôs no lugar da terra mediante numerosas e multifacetadas obras e transformações, que decerto conformaram inconfundíveis imagens da Nação *Salazarista*. Apelar-se-iam retratos do *portuguesismo*, porém, segundo se apurou, não apenas evidenciariam aquelas feições *nacionalista* e *regionalista* tão apetecidas, como, a par, expunham uma feição *internacional, moderna*, alegadamente ilegítima e proibida. As campanhas de *reintegração* dos *monumentos nacionais* tecidas à luz de uma *orientação técnica*, oficial, que expressamente ditava que todas estas antigas e históricas estruturas regressassem à sua originalidade deveras consubstanciaram de Norte a Sul do território tais *fácies* e desígnios fascizantes então exigidos. Por meio da enérgica ação da propaganda dirigida nas primeiras duas décadas pelo outrora enviado especial do *Diário de Notícias*, António Ferro, os portugueses e, desejadamente, o Mundo conheceriam, de forma idílica, aquela *Pátria de conto de fadas* que se acreditava estar a (re)construir. A todos se ambicionava domesticar a perspectiva tida sobre Portugal. Para o efeito, organizaram-se comemorações, exposições, publicações, prémios e muitos outros acontecimentos que tivessem a capacidade de a divulgar e popularizar. Ainda que não constituísse um desses instrumentos privilegiados de inculcação, também o *cinema*, à sua restrita escala, reproduziria determinados fotogramas bem representativos e animados da vida nacional, especialmente através de diversos *documentários* alusivos ao quotidiano experimentado no campo ou à inigualável História

admirada nos monumentos. É, neste sentido, nosso propósito desvendar como esta indústria foi apropriada em favor dos incensuráveis *mitos ideológicos* arregimentados pelo Estado Novo e como os *monumentos nacionais* nas telas materializaram certa ideia de *Ser Português*. Uma *curta-metragem retrospectiva* sobre os *Monumentos do Salazarismo* que se perfará considerando catorze documentários visualizados na Cinemateca Portuguesa.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Monumentos, Território, Identidade, Salazarismo, Cinema, Documentários.



# **SALAZARIST MONUMENTS**

## **A RETROSPECTIVE SHORT-FILM**

### **ABSTRACT**

In the recent research work entitled *Monuments, Territory and Identity in Estado Novo* we have found that a specific political ideology materialised in the Portuguese spatial organisation based on the *definition of a project towards the consciousness of a legacy*, an unchallenged strategy devised in the early revival of a Portugueseeness defended by the regime led by António de Oliveira Salazar. The notion of *Estado Novo* would thus be presumably seen as a personal programme seriously committed to nationalist and anti-democratic convictions, projected and sanctioned in a new Constitution responsible for imposing a tendentially totalitarian power. However, due to a number of episodes and facts surrounding the Dictatorship period, such a plan for Portugal was implemented across the land through many and varied works and transformations, which certainly shaped the unmistakable images of the *Salazarist Nation*. They were known as portraits of *Portugueseness*, however, as we have found, they not only highlighted those much desired *nationalist* and *regionalist* features, but also revealed an *international, modern*, allegedly illegitimate and forbidden character. The campaigns for the *reintegration of national monuments* implemented under official *technical guidance*, which expressly ordered that all old and historical structures had to be returned to their original state, supported the required general aspect and fascist plans from the North to the South of the territory. The energetic propaganda activity carried out in the first two decades by the *Diário de Notícias* special delegate, António Ferro, allowed the Portuguese people, and hopefully the world, to idealise about the *fairy tale homeland* that was believed to be under (re)construction. The ambition was to domesticate everyone's views of Portugal. To that end, commemorations, exhibitions, publications, awards and many other events were organised to disclose and popularise such an ideal. While the *cinema*, on a smaller scale, was not one of those privileged instruments of indoctrination, it nevertheless reproduced some frames that represented well the animated version of national life, especially through various *documentaries* on everyday life in the countryside, or the unparalleled history of monuments. Our purpose takes that line to uncover how this industry was appropriated for the sake of the irreproachable ideological myths mustered by the *Estado Novo*, and how the national monuments portrayed the idea of being Portuguese on canvas. This short-film retrospective of Salazarist Monuments consists of a total of fourteen documentaries shown at Cinemateca Portuguesa.

### **KEYWORDS**

Monuments, Territory, Identity, Salazarism, Cinema, Documentaries.

(Página deixada propositadamente em branco)

## ÍNDICE

Resumo

1. <i>Portugal [Salazarista] is the fashion</i> .....	13
2. <i>Cinema, Um instrumento de governo</i> .....	19
3. <i>A Peregrinação Patriótica [Estadonovista] e o seu documentário cinegráfico</i> .....	29
4. <i>Vamos lá então ao Nimas</i> .....	34
5. <i>Se a arte não me impressionasse profundamente</i> .....	61
Referências bibliográficas .....	65



Figura 1: Atualidades da edição de 19 de fevereiro de 1938 de *O Século Ilustrado*<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Fonte: Rosa, 1938, p. 13.

## 1. Portugal [Salazarista] is the fashion

Na investigação que vimos desenvolvendo temo-nos de sobremodo debruçado sobre a importância dos nomeados *monumentos nacionais* (a partir daqui, somente referidos por *monumentos*) na afirmação e consolidação da política ideológica do Estado Novo, que, de uma forma geral, os considerou veículos privilegiados de propaganda de uma *nova identidade portuguesa*, centrada em exclusivo, recorde-se, nas prometidas *restauração material*, *restauração moral* e *restauração nacional* que a 28 de maio de 1936 António de Oliveira Salazar (1937c) auspiciaria no decurso do conhecido discurso *Era de restauração. Era de engrandecimento*, proferido no Parque Eduardo VII, em Lisboa, ao ser inaugurada a exposição comemorativa do Ano X da Revolução Nacional. Assim, à imagem dos monumentos foi-lhe conferida um duplo papel: o da representação histórica, por certo indissociável dos feitos gloriosos do passado lusitano; e o do citado *engrandecimento* da obra do presente, equitativa-mente considerada heroica.

Com o amanhecer dos anos trinta de novecentos veio a ser instituído um leque de instrumentos e procedimentos de enquadramento jurídico que clarificariam, deliberadamente, as competências dos organismos a quem competia a tutela e a impreterível salvaguarda dos idolatrados monumentos e *Da organização do espaço*<sup>2</sup> nacional. À data, tais meios vieram a empreender uma reforma diligente

---

<sup>2</sup> Título de um ensaio que o arquiteto Fernando Távora apresentou, em 1962, como prova de dissertação para o Concurso de Professor do 1.º Grupo da Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP). Tomando como referência a 3.ª edição da dita obra, publicada pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) em 1996, resumiríamos, citando o autor (p. 14), que: "A expressão 'organizar espaço', à escala do homem, tem para nós um sentido diferente daquele que poderia ter, por exemplo, a expressão 'ocupar espaço'. Vemos na palavra 'organizar' um desejo, uma manifestação de vontade, um sentido, que a palavra 'ocupar' não possui e daí que usemos a expressão 'organização do espaço' pressupondo sempre que por detrás dela está o homem ser inteligente e artista por natureza, donde resultará que o espaço ocupado pelo homem tende sempre para, caminha sempre no sentido de, tem como fim, a criação da harmonia do espaço, considerando que a harmonia é a palavra que traduz exatamente equilíbrio, jogo exato de consciência e de sensibilidade, integração

nos processos de gestão, proteção e intervenção que no tempo proporcionaram o cumprimento, eficaz e sem aparentes constrangimentos, de “O projeto totalitário: o salazarismo e o ‘homem novo’”, planeado pelo outrora Professor da Universidade de Coimbra, segundo designa Fernando Rosas (2012, p. 318) na publicação *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar* (título que abreviamos por: *Projeto do Salazarismo*). Diante das estratégias de fomento que durante algumas décadas a Ditadura *estadonovista* determinou, presumivelmente em concordância com os *Discursos e notas políticas*<sup>3</sup> dominantes, consumir-se-iam numerosas intervenções em diferentes estruturas militares, religiosas e civis, entre outros imóveis, que, sob a orientação conjunta do(s) Ministério(s) das Obras Públicas e Comunicações (MOP/MOPC), criados à época, e da nossa bem conhecida DGEMN, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, relembre-se, constituída em 1929, as (re)colocaram no centro de distintos espaços urbanos e de idílicas paisagens, então desobstruídos de quaisquer construções ou demais elementos contemplados como espúrios e impróprios face às *Atmosferas*<sup>4</sup> sonhadas. Redefinindo o próprio retrato da terra

---

hierarquizada e correcta de factores”. Daí Fernando Távora (1996, p. 18) concluir que a *continuidade* é decerto uma característica única e elementar do *espaço organizado*: “O espaço é contínuo, não pode ser organizado com uma visão parcial, não aceita limitações na sua organização e do mesmo modo que forma o espaço estão tão intimamente ligados que uma é negativo do outro, e vice-versa, pelo que não podem separar-se, assim as formas visualmente apreendidas mantêm entre si estreitas relações – harmónicas ou desarmónicas – mas de qualquer modo evidentes”. Todavia, Fernando Távora (1996, p. 19) ressalva que, “porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir”.

<sup>3</sup> Não obstante o primeiro dos seis volumes publicados entre 1935 e 1967 tão-só se denominar *Discursos*, naturalmente referimo-nos à série assim batizada dos “*Pedaços de prosa que foram ditos*” por Oliveira Salazar (1935b, p. VII) desde 27 de abril de 1928 até 23 de setembro de 1966, como, aliás, o próprio teve o cuidado de elucidar, “Para servir de prefácio”, no fascículo que a inaugura. Cf. Oliveira Salazar, 1935a; 1937a; 1943; 1951; 1959; 1967.

<sup>4</sup> Como expõe Brigitte Labs-Ehlert (p. 7) no sucinto texto que antecede os *pensamentos* de Peter Zumthor, editados em 2006, o conceito de *Atmosferas* proposto pelo arquiteto suíço sobressai e desenha-se, inevitavelmente, em *ambientes* cuja *organização do espaço* construído “comunica com os observadores, habitantes, visitantes e, também, com a vizinhança”, contagiando-os: “É um jogo recíproco, de dar e receber”. De alguma forma comungando dos mesmos desassossegos que Fernando Távora desvelou em 1962, conquanto os viesse a confessar desde a publicação do artigo *O Problema da Casa Portuguesa* na edição de 10 de novembro de 1945 do periódico *Aléo*, concomitantemente Peter Zumthor (2006, p. 11) centra a sua atenção sobre a *organização do espaço*, “sobre: o que é no fundo a qualidade arquitetónica?”. Compreendendo a *continuidade* e a *harmonia* do espaço como um conjunto de relações que “comunica com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver”, Peter Zumthor (2006, p. 13)

portuguesa, os monumentos benfeitorizados ao abrigo do supracitado desígnio político consubstanciavam materialmente, mas, sobretudo, simbolicamente, *As grandes certezas da Revolução Nacional*<sup>5</sup>, catequizadas, de imediato, com a definitiva e inabalável chegada de Oliveira Salazar ao poder, a 5 de julho de 1932. De par

---

ilustra distinto vínculo num episódio inolvidável vivido na Quinta-feira Santa de 2003. Assim, narra o autor (2006, p. 15 e p. 17) da conferência que esteve na origem deste livro, apresentada no primeiro dia de junho de 2003 no Palácio de Wendlinghausen, que certamente o espírito da(s) *atmosfera(s) sonhada(s)* encontra-se aí plasmada: “[...] Sou eu. Estou ali sentado, uma praça ao sol, uma arcada grande, longa, alta e bonita ao sol. A praça – frente de casas, igreja, monumentos – como panorama à minha frente. A parede do café nas minhas costas. A densidade certa de pessoas. Um mercado de flores. Sol. Onze horas. A parede do outro lado da praça na sombra, em tons agradavelmente azuis. Sons maravilhosos: conversas próximas, passos na praça, pedra, pássaros, um leve murmúrio da multidão, sem carros, sem barulho de motores, de vez em quando ruídos de obras ao longe. Os feriados a começar já tornaram os passos das pessoas mais lentos, imagino. Duas freiras – isto é realidade e não imaginação –, duas freiras cruzam a praça, gesticulando, de passos leves e toucas a agitarem-se levemente ao vento, cada uma traz um saco de plástico. A temperatura: agradavelmente fresco, com calor. Estou sentado na arcada, num sofá estofado em verde mate, a figura de bronze à minha frente no alto pedestal está de costas para mim e olha, como eu, para a igreja de duas torres. As duas torres da igreja têm cúpulas diferentes, que em baixo começam de forma igual e que ao subir se individualizam. Uma é mais alta e tem uma coroa dourada à volta do topo. Em breve, B. virá ter comigo, cruzando a praça na diagonal! Agora, o que é que me tocou? Tudo. Tudo, as coisas, as pessoas, o ar, ruídos, sons, cores, presenças materiais, texturas e também formas. Formas que consigo compreender. Formas que posso tentar ler. Formas que acho belas. E o que é que me tocou para além disso? A minha disposição, os meus sentimentos, a minha expectativa na altura em que ali estive sentado. E vem-me à cabeça esta famosa frase inglesa que remete a Platão: ‘Beauty is in the eye of the beholder’. Isto é: tudo existe apenas dentro de mim. Mas depois faço a experiência e elimino a praça. E já não tenho os mesmos sentimentos. Uma experiência simples, desculpem a simplicidade do meu pensamento. Mas ao eliminar a praça – os meus sentimentos desaparecem. Naquela altura, nunca o teria tido da mesma forma sem a atmosfera da praça. Lógico. Existe um efeito recíproco entre as pessoas e as coisas”.

<sup>5</sup> Título do discurso que o Chefe do Governo, Oliveira Salazar (1937b), proferiu da varanda do Quartel de Infantaria n.º 8, em Braga, no dia 26 de maio de 1936, por ocasião da grande parada e festividades ali satisfeitas em comemoração do já aludido décimo aniversário do movimento militar de 28 de maio. Como sabemos, um proeminente acontecimento político que o aparelho de propaganda do regime conduzido por António Ferro eternizaria nas salas de cinema e afins com a exibição do filme *A Revolução de maio* somente um ano mais tarde, em 1937. Tal película de enaltecimento dos *princípios e realizações* da Ditadura foi realizada por António Lopes Ribeiro, tendo como argumentistas *Jorge Afonso e Baltazar Fernandes*, pseudónimos, respetivamente, dos indicados António Ferro e António Lopes Ribeiro. Produzido sob o alto patrocínio do regime, o guião de *A Revolução de maio* desvela, em resumo, como o revolucionário exilado, bolchevista, *César Valente* (interpretado por António Martínez), regressado à Pátria para tomar parte de uma conspiração contra a Ditadura, é convertido à causa *estadonovista* depois de conhecer a *restaurada* realidade, *material e moral*, nacional. Segundo testemunha Tiago Baptista (2008, p. 41) na obra *A Invenção do Cinema Português*: “O que é notável em todo este processo é que a transformação da imagem que César Valente tem do país não é alcançada de forma emocional [...], mas sim de forma puramente racional, através da consulta de indicadores estatísticos sobre o país desde o golpe militar de 1926”.

com outras medidas também prescritas num momento externo profundamente estigmatizado pela *Grande Depressão*, como fosse, por exemplo, a publicação em sede do *Diário do Governo* dos decretos<sup>6</sup> que vieram reger a demarcação e gestão das *zonas de proteção* de carácter geral ou especial, tais campanhas contribuíram, em absoluto e de forma estrutural, para que a vigente *organização do espaço* ainda hoje permaneça delas credora de Norte a Sul de Portugal Continental, como, aliás, o evidenciámos na obra *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*<sup>7</sup>.

Se os MOPC/MOP, coadjuvados pela DGEMN, enraizaram na *terra portuguesa* a apetecida *atmosfera* traçada a régua, esquadro e compasso pelo Salazarismo, por sua vez coube ao voluntarioso Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), no ano de 1944, rememore-se, redesignado de Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), afirmar e inculcar junto do *povo* incontestável representação, dessarte concorrendo ambos os organismos, personificados, por certo, nas figuras ímpares do Engenheiro Duarte Pacheco e do antigo jornalista António Ferro, para o eficaz cumprimento das prognosticadas *eras da restauração* e do *engrandecimento nacionais*. Desde logo, cumpre-nos dizer que à instituição do SPN ficariam associados dois importantes testemunhos divulgados nas páginas do *Diário de Notícias* no desfecho de 1932. A saber: por um lado, o conjunto de cinco entrevistas<sup>8</sup> realizadas por António Ferro ao recém-empossado Chefe do

---

<sup>6</sup> Cf.: Decreto n.º 20985 de 7 de março de 1932. *Diário do Governo* n.º 56 – I Série. Ministério da Instrução Pública, Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes; Decreto n.º 21875 de 18 de novembro de 1932. *Diário do Governo* n.º 271 – I Série. Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Gabinete do Ministro; Decreto-Lei n.º 26611 de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo* n.º 116 – I Série. Ministério da Educação Nacional, Secretaria Geral.

<sup>7</sup> Cf. Correia, 2011a.

<sup>8</sup> No decurso da década de trinta do século passado, António Ferro efetuou sete entrevistas a Oliveira Salazar, sendo que, como se apontou, cinco delas tiveram lugar em 1932. As restantes, efetivar-se-iam nos anos subsequentes de 1933 e 1938. Considerando os diversos estudos que ao longo do tempo se dedicaram a observar e a interpretar estas reportagens, verifica-se que a maioria dos seus autores é unânime em avaliá-las como um relevante documento político, mas, concomitantemente, como um indispensável manual de propaganda para melhor compreender o essencial do cognominado *Projeto do Salazarismo*. Como se depreende, não cabe neste sucinto trabalho elencar a vastíssima bibliografia reservada a este pertinente tema, ainda que possamos referenciar, em jeito de resenha, a obra citada de Fernando Rosas (2012) e os dois volumes que Luís Reis Torgal, em 2009, subordinou aos *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Numa breve nota sobre a publicação das cinco entrevistas cumpridas em 1932, diga-se que as mesmas foram dadas à estampa, em primeira mão, no *Diário de Notícias* entre os dias 19 e 23 de dezembro desse ano que os portugueses, cremos, não supunham vir a ser a aurora do extenso reinado do entrevistado do ainda jornalista António Ferro.



Governo; e, por outro, a publicação do influente artigo, qual *manifesto, Política do Espírito*<sup>9</sup>, assinado pelo criador da memorável *Viagem à Volta das Ditaduras*<sup>10</sup>. Tal como ocorreria em futuras edições com a chancela do SPN e do SNI, neste escrito o vindouro diretor da propaganda *estadonovista* centrou a sua particular atenção na indispensabilidade do novel regime erguido promover, à imagem de outros, um programa integral de apoio à criação artística, alicerçado, obrigatoriamente, nos seus sete *mitos ideológicos* fundadores: o *mito palingenético*, ou, dito de diferente modo, o *mito da Renascença Portuguesa*; o *mito da essência ontológica do regime*, ou seja, por outras palavras, o *mito do novo nacionalismo*; o *mito imperial*; o *mito da ruralidade*; o *mito da pobreza honrada*, isto é, o popularizado *mito da aurea mediocritas*; o *mito da essencialidade orgânica e corporativa da nação*; e por fim, não menos benquisto, o *mito da essência católica da identidade nacional*<sup>11</sup>. Para António Ferro, não existia qualquer dúvida com respeito ao desígnio a assentir à cultura, com certeza outorgava-lhe um papel tão inestimável, quão forçoso, para o *progresso* da Nação quanto o das ciências, das obras públicas, da indústria, do comércio ou da agricultura. A bem dizer, não se exigia àquela altura a merecida projeção externa das reavidas *alma* e *Arte de Ser Português* descritas cerca de vinte anos antes, em 1915, por Teixeira de Pascoaes?<sup>12</sup>

Defronte tal *projeto* de António Ferro, presumivelmente à constituição do SPN em 1933 ficariam impostas, de acordo, também, com os objetivos tecidos pela

---

Em janeiro e fevereiro de 1933, a Empresa Nacional de Publicidade edita o livro *Salazar: o homem e a sua obra*, no qual, para além das mencionadas cinco reportagens, se reunia mais um conjunto de textos da autoria dos protagonistas António Ferro e Oliveira Salazar. Assim, constariam desta obra igualmente o "Prefácio de Oliveira Salazar"; a "Introdução"; o "Epílogo" e as "Notas de reportagem duma reportagem" de António Ferro (1933, p. V, p. 1, p. 155 e p. 171). Em razão da sua relevância e do seu maior significado político, republicavam-se juntamente em anexo: "O discurso de 23 de novembro" de 1932 proferido por Oliveira Salazar na Sala do Conselho de Estado por ocasião da tomada de posse dos corpos gerentes da União Nacional; e, a fechar a primeira edição deste compêndio de fundamentos do Salazarismo, os artigos "O Ditador e a multidão" e "Política do Espírito" de António Ferro (1933, p. 197, p. 213 e p. 221), entretanto difundidos nas recentes edições de 31 de outubro e 21 de novembro de 1932 do *Diário de Notícias*, respetivamente.

<sup>9</sup> Segundo indicado na nota anterior, esta crónica foi divulgada primeiramente na edição do dia 21 de novembro de 1932 do *Diário de Notícias*. Neste trabalho, adotaremos como referência a versão inscrita em *Salazar: o homem e a sua obra* – Cf. Ferro, 1933.

<sup>10</sup> Cf. Ferro, 1927.

<sup>11</sup> Cf. Rosas, 2012.

<sup>12</sup> A questão da procura de uma arte nacional é um tema complexo que reúne um património bibliográfico de reflexão vasto. Veja-se, a título de exemplo, o mais recente livro de Nuno Rosmaninho: *A Deriva Nacional da Arte. Portugal, Séculos XIX-XXI*, publicado em 2018 pelas Edições Húmus.

Presidência do Conselho<sup>13</sup>, a valorização e dinamização de quaisquer iniciativas que, de alguma maneira, visassem explorar o *bom gosto de ser nacional, ser regional*. Mas como prontamente precavia António Ferro (1933, p. 227–228) nas páginas do *Diário de Notícias*, em 21 de novembro de 1932,

“[...] que se faça uma política do Espírito, inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura, significação e eternidade. Que não se olhe o espírito como uma fantasia, como uma ideia vaga, imponderável, mas como uma ideia definida, concreta, como uma presença necessária, como uma arma indispensável para o nosso ressurgimento. O Espírito, afinal, também é matéria, uma preciosa matéria, a matéria prima da alma dos homens e da alma dos povos...”

Desde logo, aquiescendo singular interesse às manifestações de cariz popular e às produções celebrativas monumentais, o aparelho de propaganda *estadonovista*, inicialmente conduzido por António Ferro, encenaria o retrato de um Portugal idílico e venturoso, fosse de certo passado ou fosse do incontroverso presente. Distinto panorama da terra portuguesa e da *alma dos homens* que, sem demora, o SPN exaltou, por exemplo, no álbum *Portugal 1934*<sup>14</sup>, na *Exposição-Documentária da Obra da Ditadura Nacional* cometida em Lisboa, entre os dias 26 e 28 de maio de 1934, no âmbito do *I Congresso da União Nacional* ou no número especial que a revista francesa *Living Art: L'Art Vivant*<sup>15</sup> dedicou, em novembro de 1934, ao nosso País. Toda e qualquer diligência, independentemente do lugar, constituía por isso mais uma possibilidade de canonizar os consagrados *sete mitos ideológicos* da Ditadura e, em consequência, uma outra forma de deificar *Salazar: o homem e a sua obra*. Convencido da missão que lhe fora oferecida pelo homem, então tomado e propagandeado como *simples e reservado*, com quem tivera o privilégio de privar no desenlace do ano de 1932, no seu gabinete, em sua casa ou pelas ruas da capital, António Ferro procuraria através de diversos meios, como persuasivas imagens, redações eloquentes e números irrefutáveis, propalar, sobretudo junto daqueles que do estrangeiro nos viessem visitar, certa representação da renovada realidade nacional. Em suma, anunciar-se-ia que no *Portugal Salazarista* não só se contem-

---

<sup>13</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 23054 de 25 de setembro de 1933. *Diário do Governo* n.º 218 – I Série. Presidência do Conselho.

<sup>14</sup> Cf. SPN, [1934].

<sup>15</sup> Cf. Guenne, 1934.

plavam as ancestrais tradições como, equitativamente, se descobriam o progresso e conforto vividos dia a dia pelo povo. À vista de tal caderno de encargos, não foi com surpresa que se viu intencionalmente plasmada no relatado fascículo de *Living Art: L'Art Vivant*<sup>16</sup> a seguinte descrição de Portugal:

“Portugal is the fashion / Because... / Its is [sic] the cheapest country in Europe / You are sure to get sun / The climate is ideal / You are made welcome / The landscape is picturesque / It is rich in folklore / There is a wealth of art treasures / It is an orderly country / French and English are spoken a great deal / The roads are good / The trains are comfortable / The hotels are up-to-date”.

## 2. Cinema, *Um instrumento de governo*

A *Política do Espírito* seguramente se comprometia com a promoção da sonhada identidade portuguesa exarada pelo *Projeto do Salazarismo*, na qual os *monumentos nacionais*, agora por diferente via, tal-qualmente viriam a ser objeto de cuidados próprios e exclusivos tendo em vista a asserção e memorização dessa depurada e sacrossanta *alma*, corpo de hodierna afetividade. Diante deste quadro, julga-se pertinente investigar como *As Pedras Sagradas de Portugal*<sup>17</sup> tornaram tangíveis aqueles princípios gravados na edição de 21 de novembro de 1932 do *Diário de Notícias*, no caso, adotando-se preferencialmente como caso de estudo determinadas iniciativas que entre as décadas de trinta e de sessenta decorreram sob a direta ou indireta direção do SPN e, depois, do SNI. Além do mais, será nosso intento atender, ainda que em epítome, à forma como em simultâneo se processou a articulação entre a propaganda das ações políticas do regime, alimentada pelos referidos SPN e SNI, e os trabalhos que rigorosamente no mesmo momento o MOPC e, mais tarde, o MOP, em particular através da DGEMN, desenvolviam em prol da *reintegração* dos monumentos. Neste contexto, torna-se decerto relevante indagar como é que o *cinema*, de par com a respetiva instrumentalização institucional, representaria uma

<sup>16</sup> Cf. Guenne, 1934, [s.i.].

<sup>17</sup> Trata-se do título de um artigo que, tendo como pano de fundo as recentes obras executadas nos *monumentos nacionais* a expensas da Ditadura, foi publicado na edição de 27 de maio de 1939 de *O Século Ilustrado* – Cf. Rosa, 1939.

proveitosa *fonte de riqueza e de poesia*<sup>18</sup> das ideias do Estado Novo, cujas identidade e estética se reviam, garantiam os seus insignes dirigentes, na readquirida feição primitiva de múltiplos castelos, sés, igrejas, conventos e mosteiros, entre demais imóveis classificados que à data foram supostamente devolvidos à sua condição original, considerando tal discurso político e orientação técnica. Entende-se assim que a prossecução deste objetivo melhor se compreenderá à luz de uma circunscrita *retrospectiva cinematográfica*, compreensivelmente escorada em alguns *documentários, curtas-metragens*, que na sua maioria foram produzidos, patrocinados ou, noutros casos, recomendados por estes Secretariados do Estado na inteira dependência da Presidência do Conselho, o SPN e o SNI, desde os revolucionários anos trinta do século XX.

Perscrutando os *mandamentos* vulgarizados em 1934 no *Decálogo do Estado Novo*<sup>19</sup>, de imediato poderemos pressentir que, à semelhança de demais criações *made in SPN/SNI*, identicamente esta *indústria de ficção* desempenharia um papel âncora, não apenas “enquanto forma de expressão artística”, mas sobretudo “enquanto

---

<sup>18</sup> Subtítulo de uma obra subordinada ao *Turismo* que o SNI editou no termo dos anos quarenta no âmbito da coletânea *Política do Espírito* – Cf. Ferro, 1949.

<sup>19</sup> A rever: “1.º O Estado Novo representa o acôrdo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a vanguarda moral, social e política”; “2.º O Estado Novo é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de todãs as suas energias criadoras”; “3.º O Estado Novo não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porém, tôdas as classes à suprema harmonia do Interêsse Nacional”; “4.º O Estado Novo repudia as velhas fórmulas: Autoridade sem Liberdade, Liberdade sem Autoridade – e substitui-as por esta: Autoridade e liberdades”; “5.º No Estado Novo o indivíduo existe, socialmente, como fazendo parte dos grupos naturais (famílias), profissionais (corporações), territoriais (municípios) – e é nessa qualidade que lhe são reconhecidos todos os necessários direitos. Para o Estado Novo, não há direitos abstractos do Homem, há direitos concretos dos homens”; “6.º ‘Não há Estado Forte onde o Poder Executivo o não é’ O Parlamentarismo subordinava o Govêrno à tirania da assemblea política, através da ditadura irresponsável e tumultuária dos partidos. O Estado Novo garante a existência do Estado Forte, pela segurança, independência e continuidade da chefia do Estado e do Govêrno”; “7.º Dentro do Estado Novo, a representação nacional não é de ficções ou de grupos efêmeros. É dos elementos reais e permanentes da vida nacional: famílias, municípios, associações, corporações, etc.”; “8.º Todos os portugueses têm direito a uma vida livre e digna – mas deve ser atendido, antes de mais nada, em conjunto, o direito de Portugal à mesma vida livre e digna. O bem geral suplanta – e contém – o bem individual. Salazar disse: Temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns”; “9.º O Estado Novo quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto Império. Quere voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo”; “10.º Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interêsse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria” – Cf.: Ameal, 1934, p. 7; p. 13; p. 17; p. 23; p. 29; p. 35; p. 39; p. 43; p. 47; p. 51.

instrumento pedagógico com um importante alcance social e cultural”, antevê-se do testemunho *Almada e a vida das ervilhas: cinema, modernistas e modernismos* que Tiago Baptista (2017, p. 72) deu a conhecer no catálogo alusivo à exposição *José de Almada Negreiros: uma maneira de ser moderno*. Porém, segundo denota o mesmo autor (2017, p. 72), tão-só a apetecível, quanto desejável, extensão da produção cinematográfica a outros, diferentes, modelos de representação que não a usual obra de ficção facultaria ao aparelho de propaganda dirigido por António Ferro a possibilidade de perfazer por completo a vera “estatização da esfera cultural”, à custa desta persuasiva *arte* audiovisual. Daí o raro interesse e apoio assentidos pelos citados SPN e SNI à realização de uma multiplicidade de documentários de curta-metragem capazes de nobilitar aquelas superiores riquezas corpóreas e máximas proezas espirituais presentes, por exemplo, na realidade imaginada em *Portugal is the fashion* ou, juntamente, em algumas longas-metragens de ficção autorizadas pela censura. Embora não se afigurasse “*Um instrumento de governo*”<sup>20</sup> de prioridade maior, indispensável ao pleno cumprimento do *projeto Salazarista*, cumpre-nos todavia assinalar, para o efeito transcrevendo as primeiras palavras que António Ferro (1950c, p. 61)<sup>21</sup> proferiu a 30 de dezembro de 1947 na festa de distribuição dos Prêmios de Cinema efetuada na sede do SNI, que

“[n]ão é justo afirmar-se que, antes da promulgação da Lei de Proteção ao Cinema Nacional<sup>22</sup>, o Estado nada tivesse feito a favor duma indústria que tão larga influência exerce na renovação da alma dos povos e na projeção do seu carácter”.

---

<sup>20</sup> Título de uma obra publicada pelas Edições SNI, em 1958, concernente aos seus *25 anos de ação: 1933-1958*.

<sup>21</sup> Registe-se que esta comunicação de António Ferro (1950c, p. 59), batizada de *O Estado e o Cinema*, acha-se coligida na coletânea *Política do Espírito*, mais especificamente num fascículo dedicado ao *Teatro e Cinema*, cuja edição, à data acima indicada, pertenceu ao SNI.

<sup>22</sup> Deve-se assinalar que tal diploma, também conhecido por *Lei do Fundo do Cinema Nacional*, só viria a ser publicado em sede do *Diário do Governo* no dia 18 de fevereiro de 1948. Na realidade, como salienta Jorge Seabra (2016, p. 258) em *O cinema no discurso do poder: dicionário sobre legislação cinematográfica portuguesa (1896-1974)*, os termos da Lei n.º 2027 que foram dados à estampa na I Série, n.º 39, do supradito diário inscrevem-se num leque de documentos legislativos destinado a proporcionar o desenvolvimento e a expansão da produção cinematográfica *estadonovista*, mas, acrescenta, “não é através [deles] que se inicia ou conclui este processo”. Na prática, constata o mesmo autor (2016), a *Lei de Proteção ao Cinema Nacional* apenas promoveria a continuidade dos anteriores decretos provenientes do exclusivo arbítrio do Governo, ao contrário deste que foi à época deliberado pela Assembleia Nacional. Atestando a resenha narrada a 30 de dezembro de 1947 por António Ferro (1950c), Jorge Seabra (2016, p. 258) testemunha assim que a “vontade do poder em legislar sobre a matéria começa a verificar-se com a instituição do Secretariado da Informação Nacional em 1944” –

Aliás, um retrato acerca de *O Estado [Novo] e o Cinema*<sup>23</sup> que tivemos o ensejo de comprovar quando consultámos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, determinados documentos dos nomeados *Arquivo Salazar*<sup>24</sup> e *Arquivo do Secretariado*

---

Cf. Decreto n.º 34134 de 24 de novembro de 1944. *Diário do Governo n.º 260 – I Série*. Presidência do Conselho –, sendo que após dois anos por fim surgiu o “primeiro diploma destinado especificamente ao desenvolvimento do cinema” – Cf. Decreto-Lei n.º 36058 de 24 de dezembro de 1946. *Diário do Governo n.º 293 – I Série*. Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo –, processo este que tão-só terminaria em 1958 com a “plena clarificação do âmbito de aplicação das verbas disponibilizadas pelo [citado] Fundo”. Conquanto António Ferro (1950c, p. 61) pudesse não estar a referir-se exatamente às cláusulas articuladas na vindoura Lei n.º 2027, de 18 de fevereiro de 1948, mas antes àquelas já enumeradas no Decreto-Lei n.º 36058, de 24 de dezembro de 1946, certo era que em vésperas de um novo ano, na história do Estado Novo sublinhado, entre outros episódios, pelas grandes e afamadas exposições dos *Catorze Anos de Política do Espírito* e dos *Quinze Anos de Obras Públicas*, nenhum dos presentes na sede do SNI poderia duvidar que se os “primeiros passos do cinema português” sobrevieram sob a proteção do Estado, em resultado de medidas como a “isenção de direitos alfandegários sobre a importação da aparelhagem necessária e de filme virgem para os primeiros ensaios dessa indústria”, bem como a “isenção de outros impostos que facilitaram o seu desenvolvimento”, por sua vez foi com a criação do SPN, em 1933, que sobremaneira as curtas e longas-metragens em Portugal lobrigaram “aquele apoio decisivo, *continuado*, que [lhes] tinha faltado até então, o seu organismo, digamos, de constante propaganda da sua necessidade e importância”. Porém, “[c]omo se manifestou esse interesse?”, interpelaria de seguida António Ferro (1950c, p. 61). Francamente convicto da boa obra que tanto ele como os seus SPN/SNI até ao momento haviam cometido, o outrora jornalista (1950c, p. 61-62) responderia junto dos que o escutavam nos termos que por ora se reproduzem na íntegra, a saber: “De várias formas: produzindo um filme de grande metragem e quase uma centena de documentários, criando o ‘Jornal Português’ de atualidades que, brevemente, passará a semanal, pondo a caminhar, por esse Portugal fora, os seus dois cinemas ambulantes, criando os prémios para realizadores, produtores e artistas que hoje nos reúnem aqui, dando alguns subsídios para a produção de filmes, lutando, finalmente, durante anos, ajudados sempre pela alta compreensão do Senhor Presidente do Conselho, para que a aspiração da lei de proteção ao cinema nacional se transformasse, como aconteceu, numa realidade. Por outro lado, é preciso não esquecer o auxílio que o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Educação Nacional deram igualmente, ao cinema português facilitando empréstimos, concedendo também subsídios a produtores e a realizadores. Com o decreto que alargou as funções do Secretariado da Propaganda Nacional, que passou a ser Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, teve o cinema o seu organismo próprio, onde a sua atividade se integrou não com intuítos de a subordinar à orientação *política* do Estado mas para a ajudar a defender-se de certos interesses comerciais nem sempre legítimos”.

<sup>23</sup> Cf. nota de rodapé anterior.

<sup>24</sup> Considerando os múltiplos processos observados neste arquivo, julgamos de todo pertinente fazer referência a: Portugal. AOS Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974. António Lopes Ribeiro. (1937). *Filme Comemorativo do 3.º Centenário da Independência de Portugal em 1940 – Projeto*. Centenários 1938/1941 (Proc.º: PT/TT/AOS/D-M/8/1/14; Cota: Arquivo Salazar, PC-22, cx. 524, capilha 14). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; Portugal. AOS Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974. [s.i.] (1942-1947). *Proteção ao cinema nacional*. Cinema Português 1942/1947 (Proc.º: PT/TT/AOS/D-M/10/1; Cota: Arquivo Salazar, PC-20, cx. 527). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; Portugal. AOS Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974. [s.i.] (1934-1938). *Utilização do cinema para fins*

*Nacional de Informação*<sup>25</sup>. De facto, conservámos desta pesquisa a ideia de que o Presidente do Conselho se mantinha, efetivamente, a par de todos os assuntos e aspetos da sua regência, sendo que a restrita *Utilização do cinema para fins de propaganda*<sup>26</sup> era um deles. De igual modo, pudemos confirmar que para o fundador do SPN, António Ferro, o cinema não era um tema de somenos, mas antes uma “festa popular” cuja organização deveria procurar “espalhar alegria e ensinamentos nas almas dos trabalhadores”, como se informava numa pequena notícia publicada na edição de 19 de fevereiro de 1938 de *O Século Ilustrado*<sup>27</sup>.

Com efeito, uma perspetiva do cinema como indubitável meio de propaganda de uma rejuvenescida Pátria então erguida que sensivelmente à mesma data, em 1937, também “O [futuro] cineasta do regime: António Lopes Ribeiro”<sup>28</sup> veio a retratar, mas sobretudo a reivindicar, num *Memorial relativo ao projeto de realização dum filme cinematográfico destinado a comemorar o Terceiro Centenário da Independência de Portugal em 1940 apresentado a Sua Excelência o Presidente do Conselho*<sup>29</sup>. Com certeza motivado pelas recentes gravações do filme *A Revolução de maio*, António Lopes Ribeiro (1937, p. 2) procuraria por intermédio deste documento dactilografado, admitimos nós, não apenas angariar o apoio financeiro que subjazia à produção

---

*de propaganda*. Propaganda Nacional 1931/1951 (Proc.º: PT/TT/AOS/D-M/31/5/1; Cota: Arquivo Salazar, PC-12D, cx. 661, pt.1). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>25</sup> No que respeita à investigação cumprida ao arquivo do SNI, importa destacar: Portugal. SNI Secretariado Nacional de Informação 1929/1974. [s.i.] (1936-1950). *Correspondência recebida 1936/1950: a obra do S.P.N. (1936-1949)*. Processos do Gabinete do Secretário Nacional (Proc.º PT/TT/SNI-GS/20/11; Cota: Secretariado Nacional de Informação, cx. 558). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; Portugal. SNI Secretariado Nacional de Informação 1929/1974. [s.i.] (1933-1951). *Correspondência recebida 1933/1951: Lei de proteção ao Cinema (1946-1949); Cinema nacional (1941-1949, inclui relatório de António Lopes Ribeiro); Espetáculos Públicos realizados pelo SPN (1933-1938)*. Processos do Gabinete do Secretário Nacional (Proc.º PT/TT/SNI-GS/20/25; Cota: Secretariado Nacional de Informação, cx. 724). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; Portugal. SNI Secretariado Nacional de Informação 1929/1974. [s.i.] (1938-1951). *Correspondência recebida 1938/1951: Comissão Executiva dos Centenários (recepção)*. Processos do Gabinete do Secretário Nacional (Proc.º PT/TT/SNI-GS/20/35; Cota: Secretariado Nacional de Informação, cx. 1623). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>26</sup> Cf. nota de rodapé anterior.

<sup>27</sup> Cf.: Rosa, 1938, p. 13; Figura 1.

<sup>28</sup> Título de um capítulo da obra *Salazar vai ao Cinema: O Jornal Português de Atualidades Filmadas*, cuja autoria pertence a Maria do Carmo Piçarra (2006, p. 103).

<sup>29</sup> Cf. Portugal. AOS Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974. António Lopes Ribeiro. (1937). *Filme Comemorativo do 3.º Centenário da Independência de Portugal em 1940 – Projeto*. Centenários 1938/1941 (Proc.º: PT/TT/AOS/D-M/8/1/14; Cota: Arquivo Salazar, PC-22, cx. 524, capilha 14). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

da sua obra, acrescido da respetiva anuência superior, assim como sensibilizar o Chefe do Governo para a necessidade do Estado a que presidia em definitivo investir nesta indústria portuguesa que, garantia, exercia no “público moderno” uma “fôrça insuspeitada[, quanto ainda] inaproveitada”. Há muito reconhecido e confesso partidário da “Apologia da propaganda cinematográfica”<sup>30</sup>, António Lopes Ribeiro (1937, p. 2), tentado a convencer Oliveira Salazar da importância deste espetáculo, argumentaria, pois, que conquanto manifesta energia pudesse emanar de fortuita “[q]uestão de moda, deformação de gosto [ou] mecanização do prazer estético” por certo tais aspetos de circunstância não obstavam a que esta *fábrica de sonhos* se sobrepusesse às demais “manifestações gráficas” levando em conta um conjunto de “vantagens inegáveis”, seis no total. A saber<sup>31</sup>:

“1ª) – a permanência – Uma vez realizado um filme, a obra fica, e pode ser reproduzida sempre que se deseje; 2ª) – a simultaneidade – O mesmo filme pode correr simultaneamente nos pontos mais distantes, sendo o espetáculo que oferece perfeitamente igual em todos êles; 3ª) – a clareza – Um filme (um filme bem feito, claro está) fala uma linguagem que todos compreendem, sem distinções de cultura, sendo mesmo inteligível para os analfabetos; 4ª) – o poder evocativo – Só a técnica cinematográfica permite compor imagens complexas e completas que satisfaçam todas as exigências da imaginação do espectador; 5ª) – o poder comunicativo – Actualmente, por factores psicológicos ignorados, uma imagem sonora em movimento, a-pesar-de desprovida de côr e de relêvo, comunica-se e influi mais eficazmente o espectador que a página dum livro, um artigo, um discurso directo ou radiodifundido, uma tirada teatral. E isso talvez porque, de todos os meios ao alcance do homem, é o cinema certamente aquele que melhor lhe permite reconstituir, imitar, reproduzir e esclarecer os instantes mais fugazes da vida; 6ª) – a economia – O preço aparentemente elevado duma produção cinematográfica não o é, de facto. A prova é que os bilhetes dos cinemas são mais baratos que os de teatro, embora a montagem duma peça teatral custe incomparavelmente menos que a realização dum filme. E êsses prêços, baratos, permitem no entanto, em Portugal e em todo o mundo, que se baseie nêles um negócio lucrativo, em que estão interessados, pelo menos, três entidades distintas: – o produtor, que fez a fita, o distribuidor, que a negoceia e distribui, e o exibidor, que a exhibe diretamente ao público, no seu salão”.

---

<sup>30</sup> Cf. Piçarra, 2006, p. 107.

<sup>31</sup> Cf. Lopes Ribeiro, 1937, p. 3-4.



Apreciando iniludíveis benefícios, António Lopes Ribeiro (1937, p. 4), a quem, recorde-se, a Ditadura nas décadas subsequentes viria a financiar uma extensa e diferenciada obra de ficção que sumariamente compreendeu a sua participação, na qualidade de realizador, produtor ou outra, em longas e curtas metragens de natureza propagandística, como fossem *filmes históricos* baseados em clássicos da literatura, *comédias* inspiradas no alvitrado *Portugal pequenino e ordeiro* ou múltiplos *documentários* desenhados à luz dos princípios vigentes, cria por conseguinte que naquela precisa hora “nada ha[via] de mais condigno e de mais útil” para o País e, desde logo, para o Presidente do Conselho do que cogitar-se a encenação de um “grande filme evocativo” sobre o heroico período vivido entre 4 de agosto de 1578 (Batalha de Alcácer Quibir) e 18 de junho de 1665 (Batalha de Montes Claros). Afinal, como concluía António Lopes Ribeiro (1937, p. 4), o “simples facto de só ao cinema ser permitido condensar em duas horas de espetáculo o que na realidade levou pouco menos de um século, basta para o colocar acima e livre de toda a concorrência”.

Embora se desconheça o desfecho deste pedido formulado por António Lopes Ribeiro, é indesmentível que, à saída dos anos trinta do século XX, o cinema em Portugal ocupava um lugar de evidente relevância na construção daquele idílico *País de conto de fadas*<sup>32</sup> ficcionado por Oliveira Salazar e religiosamente protegido pelos diferentes membros do seu regime. Mesmo se conhecendo que o outrora Professor da Universidade de Coimbra não morria de amores por tal género de representação, chegando, inclusive, a considerá-lo, segundo recapitula Maria do Carmo Piçarra (2006, p. 115) na citada publicação *Salazar vai ao Cinema: O Jornal Português de Atualidades Filmadas*, uma “indústria horrivelmente cara”, uma vez mais a investigação cumprida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo prova, se tal ainda fosse necessário, que não só esta atividade constituía uma preciosa arma de inculcação ideológica, bem como a sua projeção interna e externa por certo exigiam, à semelhança das restantes, a permissão do líder da Nação. Nota, portanto, Luís Reis Torgal (2011, p. 33)<sup>33</sup> na introdução de *O cinema sob o olhar de Salazar* que

“[n]os anos trinta e quarenta, o cinema segue ao ritmo do entusiasmo do nascente Estado Novo e, em certa medida, dos seus valores morais, se não dos seus valores políticos. Parecem nele ressentir-se, também, os sintomas das suas tentativas cosméticas do fim

---

<sup>32</sup> Subtítulo do livro *Portugal dos Pequenitos*, que Rocha Junior publicou em 1940.

<sup>33</sup> Recorde-se que a primeira edição desta obra remonta ao ano de 2001.

da guerra, ao mesmo tempo que se verifica a reafirmação do propalado ‘nacionalismo tranquilo’ (para empregar a expressão de Ferro)”.

Quiçá de novo à luz de outro habilitado testemunho de António Lopes Ribeiro se possa melhor deslindar o “rápido olhar sobre o cinema português do Estado Novo” perscrutado pelo aludido historiador (2011, p. 32). Apropriando-nos do título de um artigo dado à estampa na edição de 12 de janeiro de 1941 de a *Voz de Portugal*, que, refira-se, António Ferro acomodou cuidadosamente no *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação*<sup>34</sup>, constatamos em boa verdade que *O cinema na propaganda de Portugal* reduzia-se, grosso modo, a *O que [vinha sendo] a atividade do Secretariado da Propaganda Nacional nesse sector, isto é, a A ação direta junto ao povo*<sup>35</sup>. Ou, dito de um diferente modo: *O Cinema Português perante o Chefe*, segundo veio a batizar o cineasta da *Ditadura* numa das muitas crônicas que publicou no, seu, *Animatógrafo*, neste caso, no 9.º número da 2.ª série tal-qualmente divulgado em janeiro de 1941. Num período em que na Europa e em grande parte do Mundo se viviam o medo e a incerteza do dia seguinte, seguramente os portugueses que a 6 do dito mês folhearam o *Animatógrafo* compreenderiam pela pena do ilustre realizador que até àquela data todas as sessões efetuadas pelo País, fossem nos sindicatos, juntas de freguesia, quartéis ou, em específico, através do ministério dos *cinemas ambulantes*, detinham como principal, e quase único, fim a catequese da obra social do Estado e a conseqüente vulgarização da cultura bem vista por Oliveira Salazar. Contemplava assim o diretor do *Animatógrafo*, António Lopes Ribeiro (1941, p. 5), neste fascículo, cujo rosto alardeava o esfusiante sorriso de Carmen Miranda, que “Graças a Deus”, “Graças a Salazar”,

“[o] Cinema, espelho da vida, não podia, no exercício da sua missão essencial, deixar de reflectir, aqui como em tôda a parte, o espetáculo humano que o rodeia. E se os laboratórios de Berlim nos remetem paradas e batalhas, os de Londres exemplos de civismo e imagens de ruínas, os de Nova Iorque reflexos multiformes duma civilização febril que

---

<sup>34</sup> Cf. Portugal. SNI Secretariado Nacional de Informação 1929/1974. [s.i.] (12 de janeiro de 1941). *Recorte do jornal Voz de Portugal: O cinema na propaganda de Portugal*. Processos do Gabinete do Secretário Nacional / Correspondência recebida 1936/1950: a obra do S.P.N. (1936-1949). (Proc.º PT/TT/SNI-GS/20/11; Cota: Secretariado Nacional de Informação, cx. 558). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>35</sup> Cf. nota de rodapé anterior.

na Europa vai desaparecendo sob um véu de fumo mortífero, os laboratórios de Lisboa lançam para os 'écrans' as flores de Guimarães, os pavilhões serenos de Belém, o trabalho delicado das filigranas e das rendas, cantigas vibrantes como aclamações e aclamações harmoniosas como cantigas..."

Deveras comprometido com o desenvolvimento da produção cinematográfica, António Lopes Ribeiro (1941, p. 5) finalizaria o seu diminuto *manifesto* pedindo, em conformidade com o que poucos anos antes rogara naquele citado *Memorial relativo ao projeto de realização dum filme cinematográfico destinado a comemorar o Terceiro Centenário da Independência de Portugal em 1940*, que o Presidente do Conselho não a desprotegesse precisamente numa altura que da paz experimentada dentro de portas podiam "nascer sei lá que maravilhosos cometimentos". Enfim, que ele, referindo-se a Oliveira Salazar, "compreenda que nenhum porta-voz mais forte e mais legítimo que o Cinema pode levar a tóda a parte a sua Lição e o nosso Exemplo", sublinhava António Lopes Ribeiro (1941, p. 5), suspirando por uma "atmosfera mais desafogada, mais límpida".

Como se apurou em determinados processos constantes no *Arquivo Salazar*<sup>36</sup>, o Chefe do Governo acompanhou de bem perto tais exigências reivindicadas por António Lopes Ribeiro, assim como outras demandas interpretadas por demais figuras intimamente ligadas a esta indústria, em particular, aqueles esforços que desde cedo o responsável pela propaganda nacional, António Ferro, ofereceu à causa: a *proteção ao cinema português*. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 36058 no *Diário do Governo* de 24 de dezembro de 1946 porventura ambos os *Antónios* veriam finalmente reconhecido pelo seu homónimo, e líder da Nação, o que há muito lhe apelavam, ou seja, um regime jurídico que de forma palpável viesse a administrar por exemplo: "I Da licença de exibição de filmes estrangeiros"; "II Do Fundo cinematográfico nacional"; "III Definição de filme português"; "IV Da dobragem e legendas de filmes estrangeiros"; "V Do contingente de filmes portugueses"; "VI Da colocação de filmes nacionais"; "VII Da exploração de filmes nacionais"; "VIII Dos serviços cinematográficos oficiais"<sup>37</sup>; etc.. Com o *Fundo cinematográfico nacional* entregue à gestão do SNI, a partir de dezembro do ano de 1941 ficariam fixadas as

<sup>36</sup> Relembre-se que em nota de rodapé anterior já se encontram enumerados os ditos processos consultados no *Arquivo Salazar*.

<sup>37</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 36058 de 24 de dezembro de 1946. *Diário do Governo* n.º 293 – I Série. Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. p. 1308-1310.

regras a observar em cada um dos pontos atrás expostos, mas, concomitantemente, o papel que as longas e curtas-metragens a exhibir em Portugal e no estrangeiro deviam cumprir à laia da ideologia vigente. Neste sentido, atente-se no teor do preâmbulo deste diploma<sup>38</sup>:

“Não carece de demonstração a importância do cinema na vida dos povos modernos, o seu poder de insinuação nos espíritos, a sua influência como meio educativo, a sua força como instrumento de cultura popular. Tanto basta para que o Estado se não desinteresse do problema e lhe consagre aquela atenção que lhe é incontestavelmente devida, defendendo e acarinhando a produção nacional. Não podia, na realidade, o Governo ficar indiferente ao esforço, particularmente penoso, da iniciativa privada, que, em circunstâncias absolutamente adversas, tem trabalhado com uma boa vontade que se tem de reconhecer. Convém, tanto quanto possível, estimular a realização de filmes portugueses, em vista à progressiva nacionalização do espetáculo cinematográfico e à expansão no estrangeiro do justo conhecimento da nossa terra, do nosso povo e da nossa História. Para tanto é necessário, antes de mais nada, dispensar à defesa da produção um interesse efectivo através de medidas adequadas, proporcionando-lhe facilidades de financiamento, distinguindo e premiando os filmes de qualidade, assegurando-lhe um contingente razoável de exhibições, combatendo o envilecimento dos preços nos contratos de exploração e, numa palavra, garantindo os meios de viver, lutar e vencer a uma atividade que tem, a par de um já real interesse económico, possibilidades imensas de servir o prestígio de Portugal”.

---

<sup>38</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 36058 de 24 de dezembro de 1946. *Diário do Governo* n.º 293 – I Série. Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. p. 1307-1308.

### 3. A Peregrinação Patriótica [Estadonovista] e o seu documentário cinegráfico



**Figura 2:** *O Estado e o Cinema*, discurso proferido por António Ferro na festa de distribuição dos Prémios de Cinema realizada na sede do SNI, em 30 de dezembro de 1947<sup>39</sup>.

Ante este conjunto de disposições de natureza legal, presumivelmente António Ferro (1950c, p. 68 e p. 70-71) aproveitaria a relatada sessão de distribuição dos prémios de cinema, cumprida na sede do SNI a 30 de dezembro de 1947<sup>40</sup>, para informar os que o ouviam, mas, de igual forma, todos os portugueses ausentes, que inimitável *arte* era acima de tudo um “grande livro de histórias”, sendo que *a priori*, esclarecia, era necessário “aprender a saber contá-las com simplicidade” porquanto lhes subjaziam “duas grandes e nobres missões”, como fossem uma

<sup>39</sup> Fonte: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, 2015. Nota: Fotograma da reportagem *A distribuição dos Prémios de Cinema* exibida na edição de 13 de fevereiro de 1948 da *Revista Mensal de Atualidades Jornal Português* que de 1938 a 1951 foi promovida e financiada pelos SPN/SNI, e cuja direção, nesse período, pertenceu a António Lopes Ribeiro.

<sup>40</sup> Cf. Figura 2.

“educativa dentro do País”, por certo perfilhada no sentido *estético* e *moral*, e um difícil dever externo “levando aos outros povos o conhecimento da nossa vida, do nosso carácter e do grau da nossa civilização”. Aquilatando os pressupostos advo- gados desde cedo pelo diretor-secretário do SPN e do SNI, necessariamente as *imagens em movimento* afiguravam-se, por isso, persuasivos meios de inculcação política que o rejuvenescido lugar da terra era incontroverso espaço de unidade e identidade nacional. Como se sabe, um retrato que notoriamente se desenhou com a reintegração de múltiplos e distintos *monumentos nacionais* e se conformou com a querida popularização das ancestrais tradições pátrias. Como avisava, porém, o ainda pretendente a *O Inventor do Salazarismo*<sup>41</sup> num artigo publicado na edição de 7 de maio de 1932 do *Diário de Notícias*, sob o título *Vida*<sup>42</sup>, seguramente tais “imagens de Portugal” jamais deveriam ser animadas para “inglês ver”:

“Não façamos dançar os camponeses do Minho, do Douro ou do Algarve para os ofere- cermos, como espetáculo, aos estrangeiros... Devemos fazê-los dançar, antes de mais nada, para seu prazer, para sua alegria... O espetáculo virá depois. Criada essa vida interior, essa mise-en-scène interior, a vida exterior será mais fácil, menos sujeita aos actos de uma improvisação febril e precipitada”.

Assim, servirá esta breve retrospectiva ao mundo da *sétima arte* portuguesa para melhor testemunharmos como em cerca de quatro décadas o Governo dirigido por Oliveira Salazar se apropriou de tal *panorama*, mas, particularmente, como a progressiva consagração de uma prática de representação, anunciada *nacionalista* e *regionalista*, transformou o retrato do construído e as memórias da nossa terra. Daí se acreditar que da visualização da *Grandeza e Miséria do Cinema Português*<sup>43</sup> se poderá contemplar porventura um verdadeiro *documentário* sobre a estética deste

---

<sup>41</sup> Título de um livro de Orlando Raimundo, que a editora Dom Quixote publicou em 2015.

<sup>42</sup> Tal crónica de António Ferro encontra-se reproduzida na referida obra *Salazar vai ao Cinema: O Jornal Português de Atualidades Filmadas* – Cf. Piçarra, 2006, p. 218-219.

<sup>43</sup> Designação de um outro discurso de António Ferro (1950b), proferido em 12 de agosto de 1946 por ocasião da festa de distribuição dos Prémios do Cinema de 1944 e 1945 realizada na sede do SNI, que de igual modo se acha coligido na mencionada coletânea *Política do Espírito*. Cumpre-nos ainda notar que em *Teatro e Cinema (1936-1949)* também se descobrem transcritas as palavras que o diretor do SPN (1950a) pronunciou aquando da primeira apresentação dos *Cinemas Ambulantes, Caravanas de Imagens*, à época efetuada no Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, em 12 de fevereiro de 1935.

regime autoritário e totalitário, e, dessarte, a respeito dos *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: Da definição de um projeto à memorização de um legado*<sup>44</sup>. À semelhança do título de uma crónica difundida na edição de janeiro de 1929 da revista *Cine*<sup>45</sup>, confia-se por fim que da observação à ficção produzida nessa era se vislumbra uma realidade bem acabada do País traçado pela Ditadura, qual *A Peregrinação Patriótica [Estadonovista] e o seu documentário cinegráfico*. Como se notava numa das páginas – a vinte – do 8.º número deste periódico mensal dedicado à *arte cinematográfica*, no caso reportando-se a “maravilhosa excursão” que o *Diário de Notícias* entretanto havia levado a efeito,

“[f]alar da Peregrinação é o mesmo que falar do seu documentário cinegráfico – é recordar as velhas cidades, os lindos monumentos, os gloriosos castelos, numa palavra, todos os logares que gritam bem alto a maravilhosa epopeia que a lusa gente escreveu em letras doiradas, no livro incurso na História da Civilização”.

Em razão da conjuntura vivida, inevitavelmente abriu-se espaço à projeção de determinado quotidiano. Os *cinemas ambulantes*, quais *caravanas de imagens* oficiais, converter-se-iam especialmente durante os anos trinta e quarenta numa espécie de palco de propaganda dos princípios do novel Estado estabelecido, onde, sob vibrantes argumentos encenados em locais fartos de motivos rurais, folclóricos, populares e históricos, se exibiam afamados *filmes de saloios e comédias à portuguesa*. Ainda que tivesse enjeitado e combatido abertamente a apresentação deste tipo de longas-metragens, decerto António Ferro pouco ou nada pôde fazer perante a aclamação ecuménica destas películas repletas de apelativas *cantigas e bailaricos*, cuja rotulada *vulgaridade* qualificou, à espanhola, como *portuguesadas*. Conquanto conscientes do árduo trabalho habitualmente vivido no campo, dir-se-ia que os realizadores e demais protagonistas destes decorosos e bem-afortunados *dramas do quotidiano* também acabaram por vir a sublimar sobremodo junto das plateias urbanas aquelas máximas *lições* que se pressentiam no meio rural e no ambiente doméstico aí experimentado por muitas famílias portuguesas à sombra das suas modestas *casinhas utilitárias*. Enfim, uma aproximação ao real e à ficção cogitada pelo Presidente do Conselho

---

<sup>44</sup> Cf. Correia, 2016.

<sup>45</sup> Cf. Frazão, 1929.

que, em definitivo, tornaram estas *histórias saloias* e desconcertantes *comédias* em incensuráveis ações de domesticação da *alma* lusa. Afinal, não ambicionava o Salazarismo ver retratada e gravada nas contaminadas cidades as prezadas harmonia e beleza pacatamente presenciadas na *província*? A apologia do dito *portuguesismo*, onde se inclui a própria arquitetura, seria assim, inevitavelmente, interpretada à sorte deste restrito quão delicado modo de vida, aliás tão caro ao ditador e a alguns dos seus mais fiéis partidários.

Todavia, da resumida análise que se satisfez ao panorama de *O Estado [Novo] e o Cinema* oferecido por António Ferro (1950c, p. 64-65) no epílogo do citado ano de 1947, de pronto se reconhece o exclusivo interesse e a manifesta predileção outrossim consentidos pelo líder do SNI a um dos “caminhos seguros, sólidos, do cinema português”, os bem reputados *filmes históricos*, e por outra “tendência *saudável*” da produção nacional “ainda [que] não suficientemente desenvolvida” até àquela data, os *documentários*. Em razão da investigação entretanto cometida, crê-se então que desde o amanhecer da década de trinta do século XX as *curtas-metragens* – o *cinema documentário* – realizadas sob os auspícios dos SPN/SNI, ou, noutros casos, por si apadrinhadas, consumariam o apetecido engrandecimento dos *Monumentos do Salazarismo* como, segundo se apelava na capa do 2.º número da *Revista Mensal Ilustrada: de Cinema* respeitante à edição de fevereiro-março de 1928, *Uma [Importante] Questão Nacional*<sup>46</sup>. Decerto, ao abrigo de um artigo que a 30 de setembro de 1920 foi patenteado na página de abertura da *Revista Mensal: Porto Cinematográfico*, diríamos: qual *O Cinema Patriótico e Instrutivo*<sup>47</sup> como um “instrumento de educação” capaz de fazer despertar no povo, mas, particularmente, nos mais jovens, aquele espírito português forjado em épocas gloriosas. Beneficiando do título de uma rubrica disseminada aproximadamente dez anos depois na revista *Cinéfilo*<sup>48</sup>, a 1 de junho de 1930, especular-se-ia que *Pela Nossa Terra*, entenda-se, a renascida com o advento da Ditadura, António Ferro instituiu o *slogan*: *Façam-se documentários de turismo*. Por seu turno, tomando como referência uma crónica dada à estampa na quarta página do 5.º número da *Cine*, publicado em outubro de 1928, constataríamos que em *O Cinema e os Nossos Monumentos* o seu autor, M. S., já precipitava com evidente clareza como estas estruturas históricas vieram

---

<sup>46</sup> Cf. Lopes, 1928, p. 1.

<sup>47</sup> Cf. Pereira, 1920, p. 1.

<sup>48</sup> Cf. Almeida, 1930, p. 16.



a ser observadas e utilizadas em função dos projetos do Chefe do Governo e de António Ferro. Logo, se no mês anterior os leitores deste periódico igualmente desvendaram na quarta página a oportunidade e conveniência de *O Cinema como Elemento de Propaganda* adivinhadas por X., por ora haviam de compreender pela pena de M. S. (1928, p. 4) que “nada melhor que [tal indústria] para levar a toda a parte o conhecimento exato dessas preciosidades”:

“Que filme admirável se faria com as velhas Sés de Lisboa, do Porto, de Coimbra, de Viseu, de Évora e de Braga, ou com os túmulos de reis, príncipes e fidalgos, que existem de norte a sul do país, atestando nos seus formosos rendilhados e nas suas estátuas jacentes o gênio dos artistas que os conceberam e a grandeza e a glória daqueles que ali dormem o seu último sono! Os castelos são, igualmente, em grandíssimo número – a principiar nessa formosíssima Torre de Belém, e seguindo pelos de Almourol, Óbidos, Feira, Leiria, Tomar, Ourém, Guimarães, Montalegre, Bragança, Sabugal, Celorico da Beira, etc., podendo estender-se ainda até Marrocos, numa série infindável de heroicidades e de glórias. Esses filmes seriam espalhados por todo o país, por intermédio dos inspectores escolares, acompanhados de pequenas monografias sobre cada um dos monumentos, a fim de que os professores primários das mais recônditas aldeias pudessem exhibi-los e explicá-los aos seus alunos e a todos os habitantes do lugar, em sessões sucessivas. Os benefícios que daí poderiam advir para a educação do povo seriam, em nosso entender, enormes, mais proveitosos do que os de qualquer outro meio de propaganda. E as despesas a realizar seriam, como se calcula, mínimas, em face do proveito colhido. Aí fica o alvitre, na doce esperança de que alguém venha a utilizá-lo”.

#### 4. Vamos lá então ao Nimas...



**Figura 3:** Uma turista em Barcelos. Fotograma do documentário *Escala Pelo Porto – Caminhos de Portugal 2*, realizado por Américo Leite Rosa em 1961<sup>49</sup>.

Considerando as circunstâncias antes descritas, defrontámo-nos nas instalações da Cinemateca Portuguesa, em concreto, no Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), com um leque alargado de películas que *grosso modo* foram produzidas entre os anos vinte e sessenta de noventa. Em resultado de uma seleção previamente determinada, pudemos com efeito comprovar, de 26 a 29 de março de 2012, como da *definição de um projeto* prometido nos primórdios da

<sup>49</sup> Fonte: ANIM, Cinemateca Portuguesa.

década de trinta se alcançou, na de sessenta, a idealizada *memorização de um legado* estimado como de *conto de fadas*. Por certo, um demorado período da história de Portugal do século XX revivido num curto espaço de tempo que efetivamente nos permitiu confirmar um dos principais objetivos da investigação a que vimos a alguns anos a esta parte dedicando a nossa cuidada atenção: *Os Monumentos do Salazarismo e a consagração de uma prática de representação*, cujo esboçado regresso às suas congeminadas feições primitivas materializava e autenticava em *O Sabor da Terra*<sup>50</sup> os desígnios fascizantes impostos com a definitiva tomada do poder, em 1932, do outrora Professor da Universidade de Coimbra. De facto, mediante as muitas campanhas de reintegração dos monumentos executadas pela DGEMN, o regime *estadonovista* consubstanciava à primeira vista um retrato do território à boa maneira portuguesa, no entanto, segundo justificámos num outro estudo<sup>51</sup>, tal hábito escondia, contrariamente à doutrina reinante, um inteligível modo de (re)fazer *moderno*.

Embora saibamos que tão-só a reprodução integral, e ao vivo, dos *documentários* possa transmitir a alma das encenações e das ambiências à época urdidas, resta-nos, porém, confiar que da sua parcial transcrição e da exposição de alguns dos seus fotogramas se possa ilustrar com vera propriedade o supracitado processo de (re)construção identitária empreendido à imagem das crenças do Presidente do Conselho. Como tivemos o ensejo de verificar na série *Caminhos de Portugal*<sup>52</sup> que no começo dos anos sessenta, em 1961-1962, Domingos de Mascarenhas e Américo Leite Rosa realizaram em três episódios, a idílica Pátria imaginada por Oliveira Salazar anunciar-se-ia aos portugueses e ao Mundo, inevitavelmente ao compasso de simbólicas músicas populares interpretadas por vibrantes ranchos folclóricos, como uma terra onde o *espírito de ser português* deveras se identificava e admirava nas suas paisagens, nos seus característicos povoados, nas suas raras tradições e culturas locais e, sem dúvida, no valor dos seus *monumentos nacionais*. Abraçado o exercício do turismo como um instrumento de promoção daqueles feitos do Portugal de ontem, mas, acima de tudo, dos méritos Portugal de hoje, cedo se confessaria que era tão entusiasmante avistar um castelo ou uma igreja medievais impecavelmente restaurados como

---

<sup>50</sup> Título de um livro publicado em 1997 por José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo.

<sup>51</sup> Cf. Correia, 2011b.

<sup>52</sup> Cf. Figura 3.

uma recente e moderna barragem erguida em benefício da vida das populações. Assim como *Jacqueline* e *Françoise*, ou como a família do *Sr. Nilsson*, por fim percorramos, de perto acompanhados por um funcionário do SPN/SNI, os novos *Caminhos de Portugal* desbravados e domesticados a mando de Oliveira Salazar, que certo dia auspiciou a identidade territorial e a unidade nacional em perfeita harmonia com aquela limpa *atmosfera* e genuína *magia do real* vividas no seu *Portugalzinho* do Vimieiro.

## LE PORTUGAL TERRE DE LUMIÈRE

Commission de Propagande du Tourisme Portugais à L'étranger, 1930(?)

"Portugal, Patrie de Saint-Antoine, de Vasco de Gama et de Camoens, Terre de lumière et de soleil".

"Son histoire – une épopée aussi belle qu'extraordinaire – reste vivante. Et c'est le génie d'une race, audacieuse entre toutes, qui s'exprime dans ses monuments et ses œuvres d'art".

## A ALDEIA MAIS PORTUGUESA DE PORTUGAL

António de Meneses, 1938

"[*Concurso A Aldeia mais Portuguesa de Portugal*]; [*Bucos, Minho*]: Rude mas de rara beleza; [*Vila Chã, Minho*]; [*Boassas, Douro Litoral*]: Povoadozinho de presépio; [*Cambra, Beira Alta*]: Representação pitoresca; [*Torre de Bera, Beira Litoral*]: Harmoniosa; [*Manhouce, Beira Alta*]: Aldeia grisalha [...] Vida patriarcal, longe do mundo perto do céu; [*Paul, Beira Baixa*]; [*Monsanto, Beira Baixa*]; [*Orada, Alto Alentejo*]: Aldeia mais branca de Portugal; [*Pero-guarda, Baixo Alentejo*]; [*Alte, Algarve*]; [*Azinhaga, Ribatejo*]."

"Impunha-se à 'política do espírito', executada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, valorizar o património espiritual do povo português. Desse dever resultou a obra que tem feito a favor do renascimento folclórico e etnográfico de Portugal. Dessa obra interessou em dada altura o próprio povo das aldeias. Despertou-lhe entusiasmo, levou-o a ter consciência do valor dos tesouros de que era e é fiel depositário. Exaltou os seus regionalismos, exaltando implicitamente o seu nacionalismo. Revelou aos seus olhos como aos olhos de todos os portugueses, um Portugal desconhecido, um Portugal verdadeiro. Afervorou na alma do País o culto pela tradição. A tradição que [é] a barreira impenetrável a invasões dissolventes, [a] ideias estranhas. Para isso fez o concurso da 'Aldeia Mais Portuguesa', ou seja, daquela que se encontrasse em mais perfeito estado de graça nacional".

"[*Monsanto – Galo de Prata*]; Houve no tempo de Salazar, em nossa terra, quem se interessasse pelo povo das aldeias, para exaltar a beleza da sua vida patriarcal, para descobrir pitorescas manifestações do seu trabalho e

dos seus regozijos em que ninguém ainda reparara e para render homenagem à sua maneira de ser tão natural, tão encantadora, tão portuguesa”.

#### PORTUGAL, ESCALAS DE EXPOSIÇÃO

Luís Nunes, 1939

"[*Exposição Internacional de Paris, 1937*]: Sala do Turismo; Maravilhas das nossas paisagens e dos nossos monumentos”.

"[*Exposição Internacional de Nova Iorque, 1939*]: Sala do Turismo e das Artes Populares; Composição alegórica do concurso da *Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*; Maquetes interpretando os mais interessantes aspetos da paisagem portuguesa”.

"[*Exposição Internacional de Nova Iorque, 1939*]: O motivo central agora é um velho castelo alçandorado no alto da montanha com as suas dependências e muralhas. Em volta ficam as casas onde o povo vive granjeando o pão na lavoura”.

#### AS FESTAS DO DUPLO CENTENÁRIO

António Lopes Ribeiro, 1940

“Este filme resume muito sucintamente alguns aspectos da comemoração do duplo centenário da fundação e da independência de Portugal, celebrado em 1940. O cinema não consegue dar, de nenhum modo, a grandiosidade que tiveram. Mas era seu dever fixar o que pudesse para que os que estão longe pudessem reviver essas horas únicas da História de Portugal”.

“É no dia 4 de junho de 1940, enquanto uma guerra atroz divide e dilacera a Europa e o Mundo, [que] Portugal [festeja] orgulhosamente, pacificamente, com preces, com vivas e com flores, os oito séculos imortais da sua história”.



**Figura 4:** Castelo de Guimarães.

"[*Discurso de Oliveira Salazar na Torre de Menagem do Castelo de Guimarães*] [Figura 4]: Portugueses, façam pelo espírito [...] não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido".

"E ao mesmo tempo que se erguia, no alto da Torre de Menagem do Castelo de Guimarães, a bandeira da fundação, a mesma bandeira flutuava em cada cantinho da terra onde pulsa um coração português".

"A Romagem à Sé e ao Castelo; [*Romagem ao Castelo de S. Jorge*]: Bairros velhinhos [...] Castelo restituído ao aspecto que tinha quando D. Afonso Henriques o conquistou aos mouros".

"Um Almoço no Paço de Sintra; [*Vista sobre o Castelo dos Mouros*]: Salazar admira a paisagem inconfundível".

"[*Palácio de Queluz*]: Reconstrução que se deve ao Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Duarte Pacheco".

"A Entrega do Palácio Almada; [*Evocação a D. João IV e à Restauração da Independência de 1640*]; [Duarte Pacheco,] a quem se deve a reconstituição perfeita deste e de muitos outros monumentos nacionais".

## PORTUGAL, OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA

Augusto Fraga, 1940

"1139"

"[*Afonso Henriques*]: Fundador da monarquia. O génio da conquista nacional".



**Figura 5:** Castelo de Guimarães.

"No Minho, uma das mais belas e pitorescas províncias do Norte de Portugal, ergue-se o venerável Castelo de Guimarães [Figura 5], berço de Afonso Henriques e da própria Nação. Ali se forjou há 800 anos a independência da Pátria. Se falassem, histórias lindas não contariam aquelas pedras velhinhas".

"É raro é aquele [castelo] que não tem para contar um episódio heróico, um lance de epopeia, com seus rudes paredões [...] coroados de ameias recortadas, seteiras e vigílias. São monumentos venerandos, exemplos vivos de quanto pode a vontade de um povo que tem sabido manter inalteráveis através dos séculos as suas primitivas fronteiras".

"É sobre todos os castelos, um alvo de religiosidade, aliás justificada, porque na boa terra portuguesa a espada sempre andou ligada à cruz, figurando até como símbolo na própria bandeira".



"[*Convento de Tomar, sede da Ordem de Cristo*]: É o mais perfeito e completo documento do gênio artístico da raça; [*Santa Cruz de Coimbra*]: Guarda como relíquia suprema os restos mortais de Afonso Henriques; [*Santa Maria de Alcoçaba*]: Tem a idade da Nação; [*Santa Maria da Vitória*]: Na Capela do Fundador dorme o seu último sono o Infante D. Henrique".

"O mar é agora o sonho".

"[*Promontório de Sagres; D. Henrique; Descobertas; Navegadores; Altas façanhas*]; O mar para nós já não tem segredo; A Cruz de Cristo é temida e respeitada no mar e na terra; [*Torre de Belém; Mosteiro dos Jerónimos; Caminho marítimo para a Índia; Brasil*]".

"Depois tão alto querermos subir que nos perdemos".

"1640"

"Despertar do pesadelo. Portugal restaurado".

"[*Palácio de Queluz; Marquês de Pombal; D. José I*]; Revive-se o prestígio da Nação; De novo periga a independência com as invasões francesas; *Monumento à Guerra Peninsular*".

"1940"

"Quem vive? Portugal! Próspero, cumpridor, consciente do seu alto destino histórico e vendo a mesma fé de há 800 anos. Abrem-se novas estradas e desenvolvem-se as comunicações. Há vida nos campos, nas fábricas, nos cais, nos corações do povo. Vida nova que provém da confiança do dia de amanhã, graças a um governo sério e digno. Caminhamos sem hesitação porque sabemos que somos uma força e temos uma doutrina. Quem vive? Portugal! Portugal novamente restaurado, trabalhador e pronto que fundamenta no futuro de Deus e da Família o seu desejo expresso de prosperidade e independência".

"É Português, visite a exposição! É o seu dever. Não é Português, visite Portugal em 1940!".

## A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

António Lopes Ribeiro, 1941

"Demolindo o feio para construir o belo. Arrasando o inútil para pôr em seu lugar uma verdadeira síntese de Portugal, no passado e no presente".

"Verdadeiro arquitecto de Portugal, de hoje, novo e eterno, Salazar".

## MONUMENTOS NACIONAIS

Lino Antônio, 1942

“Os monumentos nacionais constituem o álbum de recordações do povo que escreveu a letras de ouro, com o seu heroísmo e a sua fé cristã, uma das páginas mais brilhantes da história da humanidade. O abandono a que tinham chegado e a consciência do papel que desempenharam na história da Pátria, na tradição e na arte, levaram o Estado Novo a emprender a extensa e profunda obra de restauro dos nossos monumentos. E porque não é possível dar sequer uma ideia aproximada da notável acção reconstitutiva levada a efeito pelo Ministério das Obras Públicas, através da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, vamos admirar apenas alguns exemplares de arquitectura religiosa, militar e civil em que foram realizadas recentemente trabalhos de beneficiação e restauro”.

“*[Mosteiro dos Jerónimos]*: O pavimento foi rebaixado a fim de reconstituir a igreja, tanto quanto possível, à sua beleza primitiva”.

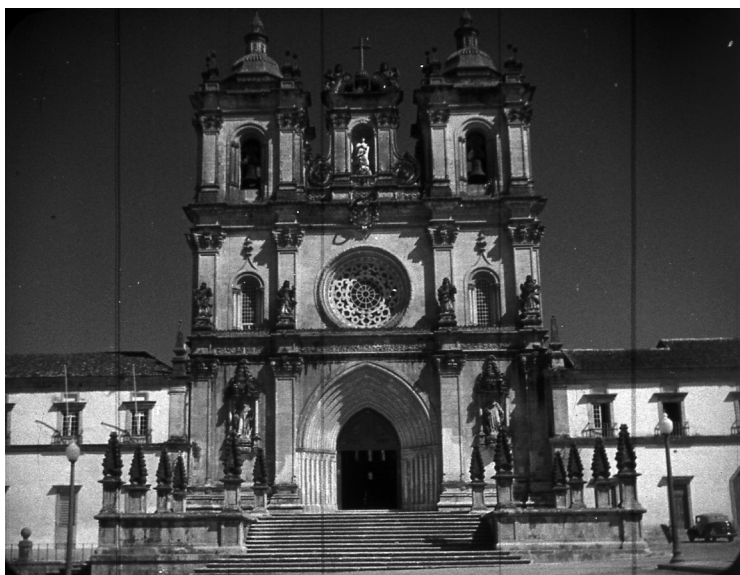


**Figura 6:** Castelo de S. Jorge.

“O Castelo de S. Jorge de Lisboa [Figura 6] foi ressurgindo a partir de 1938 à medida que o libertavam dos edifícios impróprios e dos entulhos seculares. Centenas de operários demoliram construções, removeram entulhos, abri-

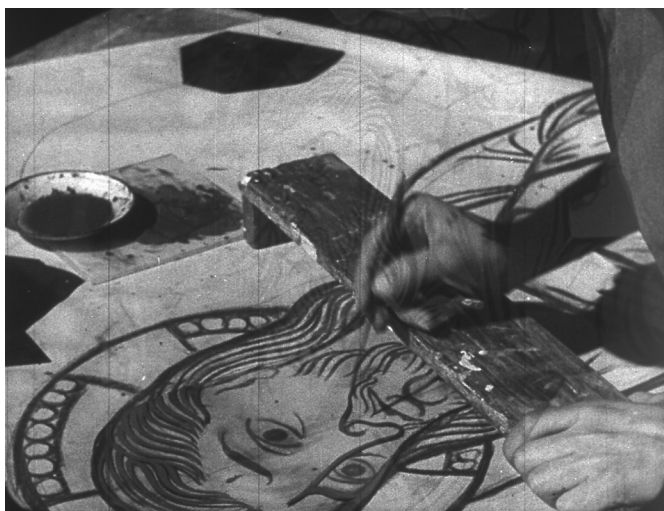
ram caminhos e estradas, lavraram e assentaram pedras, para reerguer o coroamento medievo da capital da Nação, o reduto que foi heroicamente conquistado aos mouros por D. Afonso Henriques em 1147”.

“[*Sé de Lisboa*]: Conserva muito pouco da construção românica do século XII. Os terramotos, as reconstruções no reinado de Afonso IV, as mutilações e os acréscimos dos séculos XVII e XVIII, modificaram-lhe a expressão quase por completo”.



**Figura 7:** Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

“[*Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*] [Figura 7]: E além de Pontigny, o mais belo exemplar de arquitectura cisterciense, a mais majestosa e a mais pura construída em toda a Europa. A grandiosa simplicidade da igreja foi prejudicada pelas construções setecentistas que alteraram a sua expressão artística. Na obra notável de beneficiação a que se procedeu, a abside semi-circular, o deambulatório com as suas capelas irradiantes, o transepto e as três naves, foram despidos de ornamentações, de acordo com os princípios severos da regra de Cister”.



**Figura 8:** Vitral do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

"[*Mosteiro de Santa Maria da Vitória*] [Figura 8]: Padrão da independência nacional. [A] Batalha possui uma originalidade bem definida e caracteres próprios do temperamento português".



**Figura 9:** Castelo de Leiria.

"Era desoladora a recordação que deixava o Castelo de Leiria [Figura 9] nos meados do século XIX. O Castelo de Leiria é talvez, como disse Joa-

quim de Vasconcelos, o monumento mais importante da nossa grandeza militar medieval. Não deixa a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de olhar incessante e carinhosamente por esta preciosa relíquia, consolidando-lhe as Muralhas e a Torre de Menagem, reerguendo a Capela e o Palácio Real”.

“A Sé Velha de Coimbra edificada no tempo de Afonso Henriques é o mais notável monumento português do estilo românico. A Sé Velha de Coimbra foi restituída à pureza do traçado primitivo, conservando-lhe, todavia, as obras complementares de estilo gótico e renascentista”.

“No casario pitoresco do Porto [...] sobressai o imponente edifício da Sé. A catedral portuense estava quase oculta entre várias construções relativamente modernas. Foram já levadas a efeito as demolições que faziam parte do plano de restauro realizado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”.

“*[Igreja e Claustro do Convento de Nossa Senhora da Serra do Pilar]*: Foram salvos da ruína”.

“*[Sé de Braga]*: É o mais representativo templo românico do Norte do País. Tanto no exterior como no interior, o monumento foi sucessivamente transformado nos séculos XVI e XVII. Realizou a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais uma obra muito notável de reintegração”.

“*[Castelo dos Templários, Tomar]*: Graças às providências tomadas foi salva uma veneranda relíquia da missão cristã que no século XII desempenhámos na Europa Ocidental”.

“Muitas obras de beneficiação têm sido feitas também no Convento de Cristo, o maior de Portugal”.

“*[Santarém; Portas do Sol; Muralhas de Santarém; Igreja de São João de Alporão; Torre das Cabaças]*”.

“*[Évora; Templo de Diana; Sé de Évora]*: É a mais vasta catedral do País. [...] do estilo gótico; *[Igreja de São Francisco]*: Há pouco beneficiado; *[Ermida de São Brás]*”.

“Em Guimarães foi reedificado em 1940, ano das comemorações centenárias, o Paço dos Duques de Bragança e Guimarães. [...] Pouco mais restava do que ruínas. Mas o Estado Português tem procurado reerguer um a um, este e outros testemunhos do nosso glorioso passado”.



**Figura 10:** Castelo de Guimarães, Igreja de S. Miguel do Castelo e Paço dos Duques de Bragança.

“O Castelo de Guimarães [Figura 10], que simboliza na nossa arquitectura militar a formação da nacionalidade, foi restituído à dignidade e à beleza do traçado primitivo. Este sector da vida portuguesa, esclarecida e dedicada actividade oficial desenvolvida por sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro Engenheiro Duarte Pacheco, coadjuvado pelo Engenheiro Henrique Gomes da Silva e Arquitecto Baltasar de Castro, merece bem o reconhecimento da Nação pela obra benemérita e grandiosa da conservação e restauro das nossas principais relíquias architectónicas. Compete às novas gerações conservar e transmitir aos vindouros as venerandas pedras que são as mais evocativas relíquias dos nossos antepassados e tranches eloquentíssimos da história pátria.”

14 ANOS DE POLÍTICA DO ESPÍRITO  
– APONTAMENTOS PARA UMA EXPOSIÇÃO  
António Lopes Ribeiro, 1948

“Valorização das coisas do espírito”.

“Ninguém de boa fé pode negar que isso se deve principalmente à acção directa e indirecta do Secretariado. É que se tem sabido associar o agradável ao útil, o poético ao prático, o moderno ao tradicional, tornando compatível o internacional com o nacionalismo mais intransigente”.

QUINZE ANOS DE OBRAS PÚBLICAS

António Lopes Ribeiro, Felipe de Solms e Carlos Filipe Ribeiro, 1948

“*[Obra da reconstrução nacional do Ministério das Obras Públicas e Comunicações]*: Essa obra não foi nunca uma obra meramente material. A salvação dos monumentos nacionais, legados por mais de oito séculos de história, foi tarefa que logo se impôs”.

“Salvá-lo significava conservação e restauro. O abandono a que estiveram votados exigiu muita vez obra de reconstrução. [A] alguns, como estas ruínas romanas de Milreu, no Algarve, ou as de Conímbriga, perto de Condeixa, que se encontravam soterradas, interessava [pô-los] a descoberto para facilitar os estudos arqueológicos. Outros, convinha restituí-los à lavra primitiva, enriquecendo a paisagem portuguesa de monumentos imortais, que foi preciso salvar da mais vergonhosa morte”.

“*[Castelo de Guimarães; Igreja de S. Miguel do Castelo; Paço Ducal dos Duques de Bragança]*: Ruína informe. Agora está assim!”.

“As antigas Igrejas foram reintegradas na sua aparência primitiva”.

“*[Sé de Vila Real; Castelo de Chaves; Bragança]*: Castelo austero e imponente; *[Domus Municipalis; Sé de Braga; Torre de Menagem do Castelo de Braga]*: Liberta da ganga que a poluía; *[Igreja de S. Salvador de Travanca; Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde]*”.

“A Igreja Fortaleza do Mosteiro de Leça do Bailio está agora tal qual foi construída no século XIII, o mesmo acontece à Igreja da Cedofeita; E à Sé do Porto, que foi desimpedida de tudo o que a prejudicava”.

"[*Sé de Viseu; Sé de Lamego; Sé da Guarda; Capela Românica de S. Martinho na Covilhã; Capela dos Ferreiros de Oliveira do Hospital; Sé Velha de Coimbra; Castelo da Lousã; Castelo de Pombal; Castelo de Leiria; Castelo de Porto de Mós; Igreja Matriz da Batalha; Igreja de Alcobaça*]: Foi desobstruída por completo dos crimes que a poluíam; [*Castelo dos Templários; Convento de Cristo de Tomar; Castelo de Óbidos; Igreja de Santa Maria de Óbidos; Igreja de Marvila em Santarém; Igreja da Senhora do Monte em Santarém; Igreja de Santa Maria de Sintra; Palácio da Vila de Sintra; Castelo da Pena; Igreja Matriz da Lourinhã; Sé de Lisboa; Castelo de S. Jorge; Mosteiro dos Jerónimos; Igreja da Memória*]: Onde jaz o Marquês de Pombal".

"Tudo se fez para desfazer a lenda de que só havia belos monumentos a Norte do Tejo".



**Figura 11:** Castelo de Monsaraz.





**Figura 12:** Castelo de Estremoz.

"O Alentejo começou a revelar os seus magníficos tesouros. Veja-se por exemplo o castelo de Monsaraz, estava completamente arruinado, ainda não terminaram as obras de restauro. Os partidários totais das ruínas, os que falam de profanação quando se pretende justamente reparar profanações, não têm razão. Seria preferível que os nossos belos monumentos ficassem assim [Figura 11]? Ou assim [Figura 12]? A vista do Castelo de Estremoz é resposta bastante. O de Arraiolos, colando o casario branquinho, é a glória da vila. Ergue-se pouco a pouco das ruínas, como o de Montemor-o-Novo que voltou a dominar a terra alentejana com as suas muralhas renovadas".

"[*Sé de Évora; Igreja Matriz de Viana do Alentejo; Castelo de Viana do Alentejo; Castelo da Flor da Rosa; Castelo de Beja; Castelo de Moura; Igreja de Moura; Castelo de Silves; Sé de Silves; Igreja de Santo António de Lagos*]".

"Por toda a parte onde havia um monumento a salvar, o Ministério das Obras Públicas está presente, amparando, limpando e restaurando. Acrescenta-se dia a dia o Património Artístico de Portugal".

"[*Açores; Igreja do Carmo de Ponta Delgado; Igreja do Colégio; Igreja Matriz; Portas da Cidade; Madeira; Sé do Funchal*]".

"Quantas pedras, verdadeiras pedras preciosas, estariam perdidas ou arriscariam perder-se sem o estudo, o labor, o cuidado constante da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais".

"Restauraram-se já completamente 32 Castelos, outros 54 se restauram, perfazendo um total de 86. Foram restauradas, ou estão em obra, 15 Sés e 26 Conventos e Mosteiros. Em 55 Igrejas diversas terminaram já as obras de restauro, que prosseguem noutras 55, perfazendo um total de 110. O conjunto dos monumentos restaurados, ou que se restaura, é de 283".

*"[Museus; Museu Soares dos Reis no Porto; Museu Machado de Castro em Coimbra; Museu de Guimarães; Museu de D. Diogo de Sousa em Braga; Museu Grão Vasco em Viseu; Museu do Abade do Baçal em Bragança; Museu de Lamego; Aveiro; Cascais; Ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa; Museu de Arte Contemporânea em Lisboa]"*

"Vimos o cuidado que mereceu ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações a conservação e o restauro dos monumentos legados pelo passado. Mas a obra inteiramente realizada no presente não lhe é inferior. À Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização incumbe justamente a delicada tarefa de estudar o aproveitamento do solo português e a sua distribuição pelas diferentes zonas residenciais, comerciais, industriais, etc. De colaboração com as Câmaras Municipais, abrem-se praças, rasgam-se avenidas, plantam-se jardins, enquadrando convenientemente velhos monumentos e valorizando os novos edifícios".



**Figura 13:** Vila Viçosa.

"Vila Viçosa [Figura 13] é exemplo de urbanização completa, desde o restauro e valorização do Castelo e das Muralhas, ao do Paço Ducal, da Igreja, do Panteão, da Praça de Armas, onde se ergueu a estátua equestre de D. João IV, a mais importante das muitas que se vão erguendo por toda a parte".

"[*Palácios e Jardins; Palácio dos Duques de Bragança; Palácio de Queluz; Tribunais e Casas dos Magistrados; Cadeias; Ministérios; Repartições e Serviços; Câmaras Municipais; Paços Episcopais; Governos Cívicos; Mercados; Alfândegas; Postos de Fronteira; Casa Económicas; Caixas de Previdência; Escolas; Escola-Cantina; Escolas Secundárias; Liceus; Escolas Técnicas; Universidades; Universidade de Coimbra; Educação Física; Estádios; Construções Hospitalares; Mosteiro do Lorvão; Sanatórios; Hospícios; Maternidades; Parques Infantis; Creches; Quartéis; Molhos Quebra-Mar; Portos; Docas; Estradas; Auto-Estradas; Viadutos; Pontes; Melhoria de Acessos; Turismo; Pousadas; Correios; Extensão das Linhas Telefónicas; Rádio; Emissoras; Transportes Aéreos; Aeroporto de Lisboa; Aeródromos; Hangares; Torres de Controlo; Captação de Águas; Conduitas; Estações; Fontes; Serviços de Hidráulica; Açudes; Sistemas de Rega; Barragens*]."

"[*Comissariado do Desemprego*]: Participações para obras de interesse do Estado".

"O que se viu é apenas uma síntese da obra realizada".

"Eloquência das pedras".

CASTELOS PORTUGUESES  
Fernando Garcia, 1959



**Figura 14:** Castelo da Feira.

"[Castelo da Feira] [Figura 14]: A sua recente reconstrução obedece ao traçado do edifício no século XV".



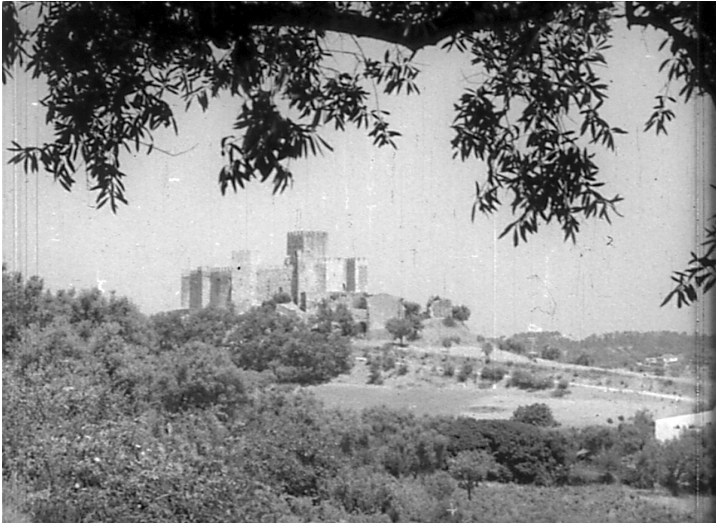
**Figura 15:** Castelo de Guimarães.

"[Castelo de Guimarães] [Figura 15]: As ruínas restauradas que hoje se admiram constituem um dos mais belos exemplares da arquitectura militar medieval. Torres e muralhas são de rara imponência. Grandes escadarias levam ao caminho de ronda com ameias pontiagudas. O Castelo e os campos de vinho formam um conjunto de impressionante beleza".



**Figura 16:** Castelo de S. Jorge.

"São hoje raras no mundo as grandes cidades que têm a dominá-las, como Lisboa tem, as torres e muralhas de um castelo antigo [Figura 16]. A restauração do Castelo de S. Jorge não é só uma obra de gosto, mas de alto significado, pois ali se guardam memórias de altos feitos e de notáveis figuras. O Castelo de S. Jorge mostra-se hoje com o aspecto provável que tinha nos tempos de D. Dinis, grande edificador de castelos. É certo um dos mais agradáveis logradouros de Lisboa e o mais imponente dos castelos portugueses, pela situação única que desfruta no topo da mais alta colina da capital, dominando o maravilhoso estuário do Tejo".



**Figura 17:** Castelo de Pombal.

"[*Castelo de Pomba*] [Figura 17]: E do alto da bem conservada Torre de Menagem ou através das suas ameias o visitante extasia-se ante a beleza da paisagem que se lhe oferece".



**Figura 18:** Castelo de Leiria.

"[*Castelo de Leiria*] [Figura 18]: O que dele subsiste e carinhosamente se restaura data do século XIV".

## SÉS PORTUGUESAS

António Lopes Ribeiro, 1959

"A Sé Catedral de Braga é flagrante exemplo das sucessivas transformações que através dos séculos sofreram muitos monumentos portugueses [...] e por ser compósito o resultado oferece indiscutível interesse".



**Figura 19:** Sé de Lisboa.

"[*Sé de Lisboa*] [Figura 19]: Monumento românico que o terramoto destruiu



**Figura 20:** Sé de Évora.

"[*Sé de Évora*] [Figura 20]: Cada pedra fala do passado. Evoca um passo histórico da cidade".

## MOSTEIROS PORTUGUESES

António Lopes Ribeiro, 1960

"[*Sobre as Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha*]: E a abóbada ausente não faz falta, só o céu infinito poderia culminar semelhante Panteão".

## AS ARTES AO SERVIÇO DA NAÇÃO

António Lopes Ribeiro, [1966]

"Só o que é eterno resiste à acção corrosiva do tempo. Tudo o resto se vai ou se esbate".

"O culto do passado manifesta-se [...] também nas publicações editadas oficialmente por ocasião da passagem de centenários, de figuras ilustres ou de sucessos de alto significado histórico e ainda no restauro de antigos monumentos. Muitos dos quais tombavam em ruína. O paradigma dessa notável cruzada é a conclusão das obras de Santa Engrácia".

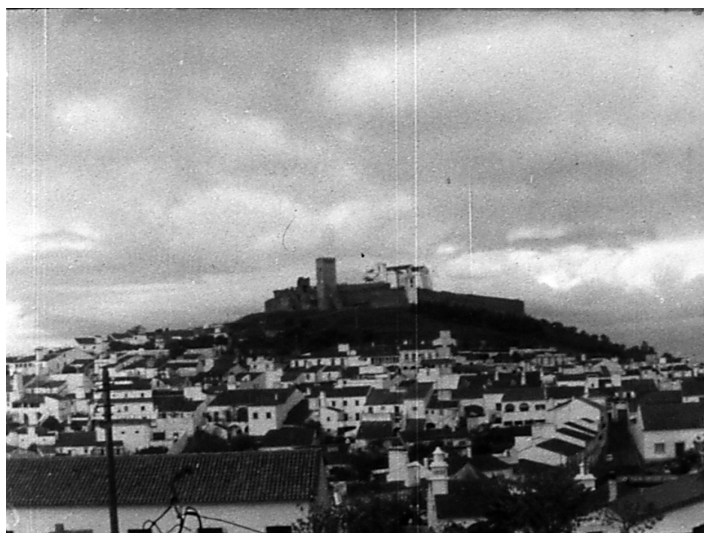
"À preservação da herança do passado juntou-se a grandiosa actividade construtiva do Ministério das Obras Públicas, que dotou o País de belas e modernas edificações de toda a espécie. A essa magnífica obra ficará para sempre ligado o nome do seu primeiro denominador e animador, o Engenheiro Duarte Pacheco, iniciador da permanente colaboração dos artistas com o Estado. Engenheiros e urbanistas, arquitectos e escultores, pintores e decoradores, transformaram o País de Norte a Sul, no continente, nas ilhas e no ultramar, adaptando-se às condições e exigências modernas, mas respeitando a paisagem e as tradições locais. Nos últimos quarenta anos talhou-se mais pedra e fundiu-se mais bronze do que antes se fizera em oito séculos. Por isso, esta exposição despertou interesse invulgar junto ao público. As grandes obras e os monumentos são marcos a assinalar o progresso das cidades e o mérito da época em que foram erguidas".

## CASTELOS – MONUMENTOS RESTAURADOS

Perdigão Queiroga, 1967

"[*Setúbal*]: É uma cidade moderna que se orgulha das suas velhas pedras. O seu monumento mais importante, o Convento de Jesus, foi cuidadosamente restituída a primitiva traça; [*Castelo de S. Filipe*]".





**Figura 21:** Montemor-o-Novo.

"[*Montemor-o-Novo*] [Figura 21]; [*Castelo de Montemor-o-Novo*]: Um velho e reconstruído castelo, de origem medieval, domina-a totalmente [a cidade]".

"[*Elvas; Estruturas militares de Elvas; Fortaleza; Castelo de Elvas; Sé de Elvas; Antigo Convento de S. Domingos; Aqueduto da Amoreira*]".



**Figura 22:** Monsaraz.

"[*Monsaraz*] [Figura 22]: Uma admiração que se pretende preservar".



**Figura 23:** Vila Viçosa.

"Vila Viçosa [Figura 23], mercê principalmente da fundação da Casa de Bragança, tem sido nestes últimos quarenta anos das vilas portuguesas mais agraciadas por uma constante defesa do seu património artístico. Um dos monumentos entregues à meritória fundação, o velho castelo de forma triangular; [*Igreja dos Agostinhos; Paço Ducal; Claustro contíguo à Capela do Paço*]; Em cada canto conta uma lição de história".

"De silhueta em anfiteatro, dominada pela célebre torre medieval das três coroas, salva da ruína total por restauro que não se fez esperar, Estremoz a linda urbe do Alentejo".

"Évora é talvez a mais bela cidade de arte de Portugal; [*Templo de Diana*]; Uma 'Política de Espírito' com o objectivo de restituir a pureza da traça primitiva aos grandes monumentos nacionais não podia de maneira nenhuma esquecer a Sé de Évora; [*Aqueduto da Água da Prata; Chafariz das Portas de Moura; Igreja de Nossa Senhora da Graça*]; Cidade cheia de monumentos que lhe dão a feição admirável de raro museu [...] Todos os estilos arquitectónicos estão representados nesta cidade; [*Paço dos Reis da 2.ª Dinastia; Antiga Universidade do Espírito Santo; Igreja de S. Francisco; Capela dos Ossos; Ermida de S. Brás*]."

“Beja é uma cidade que o século XIX maltratou. Com dificuldade salvou-se o histórico castelo da fatigada existência, diversas vezes destruído e reconstruído. A sua torre imponente, ao mesmo tempo robusta e elegante, domina a urbe alentejana; [*Igreja da Misericórdia*]: Hoje a sua traça antiga está totalmente respeitada”.



**Figura 24:** Silves.

“[*Silves*] [Figura 24]: É dominada pelo altaneiro castelo, em boa hora restaurado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Cada uma das suas pedras, agora preservadas de daninhas deturpações, pode contar belas histórias medievais; [*Sé de Silves*]”.

“[*Algarve*]; Foi igualmente meritória a longa e paciente obra de restauro empreendida pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na interessante Igreja Matriz de Vila do Bispo; [*Promontório de Sagres*]: Percorramos com respeito a fortaleza que mãos piedosas reconstituíram”.

“[*Açores, Angra do Heroísmo, Castelo de S. João Baptista*]: Merecedor do carinhoso restauro com que foi beneficiado; [*Igreja de Santo Inácio do Colégio; Igreja do Convento de S. Sebastião; Ponta Delgada; Edifício da Câmara Municipal de Ponta Delgada; Igreja Matriz de Ponta Delgada; Vila Franca; Igreja Matriz de Vila Franca; Igreja de S. Pedro de Vila Franca*]”.

"[*Madeira; Funchal*]; Expurgada de tristes aleijões, a típica e sumptuosa Igreja da Sé do Funchal apresenta-se hoje com a sua fachada primitiva".



**Figura 25:** Lisboa.

"Reclinando-se em sete colinas, Lisboa [Figura 25], a capital de Portugal, é rica em obras de arte e monumentos. Em dois desses monumentos, na Sé e no Castelo de S. Jorge, o Ministério das Obras Públicas, por intermédio da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, exerceu uma actividade que foi não apenas meritória como notável. A Sé, com as duas altas torres, precioso exemplar de arquitectura que sofreu o choque entre o românico e o gótico, é bem um espelho de uma obra exemplar que se vem processando há mais de três décadas. Uma obra promovida por um departamento de obras públicas que tem sabido exercer uma importante actividade na recuperação do património histórico e artístico nacional. Nesta panorâmica, feita através dos mais belos monumentos portugueses, e que termina no Castelo de S. Jorge, avalia-se o extraordinário esforço exercido pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para não só conservar, como consolidar, e restaurar centenas de imóveis que narram a vida portuguesa desde a pré-história até ao limiar do século XIX".

“Actuando não só com o cérebro mas, igualmente, com o coração, os dirigentes deste último sector do Ministério das Obras Públicas nunca descuraram a defesa e o arranjo das zonas envolventes dos imóveis que mereceram a sua atenção, num louvável desejo de lhes assegurar o ambiente indispensável de dignidade e calma”.

“Castelos, Mosteiros e Igrejas têm merecida devotada atenção, o precioso carinho da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, beneficiando uma muralha, restaurando um Mosteiro, conservando uma Igreja. Recupera-se um património histórico e artístico do maior valor, porque é nosso, porque é português. Bem-haja quem procede assim”.

## **5. Se a arte não me impressionasse profundamente...**

Depois do resumido percurso trilhado pelos meandros de um *projeto* que olhou a Pátria Portuguesa em razão de uma pré-definida ideia de *tradição* e de *progresso*, importa por ora colocar à discussão se, na verdade, se pode assegurar que ditas *consagração* e *memorização* de um *discurso* e de uma *prática de representação no território*, por certo urdidas à custa da instrumentalização do uso dos *monumentos nacionais*, se deveram diretamente a Oliveira Salazar. Ou se, antes, procederam tão-só de um resolutivo programa concertado por diferentes Ministros das Obras Públicas que, por sua vez mediante a ordem de distintos planos de curto, médio e longo prazo, foi sobretudo enraizado na *terra* pela DGEMN, no caso, tendo em conta um renovado quadro jurídico constituído com a definitiva chegada ao poder de Oliveira Salazar, em 1932, e, segundo investigámos<sup>53</sup>, beneficiando da extensa e efetiva experiência que alguns dos seus *técnicos restauradores* vinham granjeando, desde meados dos anos vinte de novecentos, com alegados trabalhos de *simples reintegração*, especialmente cumpridos em pequenas estruturas religiosas situadas a Norte de Portugal. Com efeito, um *moderno modus faciendi*, qual *orientação técnica a seguir no restauro dos monumentos nacionais*<sup>54</sup>, que em 1934 o Governo da Ditadura abraçaria nas disposições finais do I Congresso da União Nacional como sendo o mais criterioso e conveniente defronte dos desígnios políticos aí autorizados.

---

<sup>53</sup> Cf. Correia, 2016.

<sup>54</sup> Título de uma comunicação que o diretor-geral da DGEMN apresentou no I Congresso da União Nacional – Cf. Gomes da Silva, 1935.

No decurso da pesquisa já perfeita, julgamos ter testemunhado e provado quão verdadeiras e complementares são ambas as teses. Logo, se *a priori* entendemos não haver quaisquer dúvidas quanto à origem dos critérios de intervenção que, *grosso modo*, conduziram a maioria das obras de *reintegração* à data executadas nos monumentos em Portugal, por outro lado, também avaliamos como evidente e inquestionável o empenhado comprometimento pessoal de Oliveira Salazar em ver consumado e fixado tal legado identitário, isto é, a herança futura. Assim o pudemos comprovar através de infindas passagens dos seus múltiplos *Discursos e notas políticas*<sup>55</sup>, recorde-se, enunciados entre 1928 e 1966, mas, conjuntamente, da observação às suas *lições*<sup>56</sup> preambulares. As sete *Entrevistas a Salazar* dirigidas por António Ferro<sup>57</sup> nos anos de 1932, 1933 e 1938 e, ainda, as *conversas privadas* tidas com Christine Garnier<sup>58</sup>, em 1951, decerto representam, da mesma forma, indispensáveis fontes de informação. Da análise satisfeita a este influente leque de referências, naturalmente concluímos que desde tenra idade o *projeto* ideado pelo Presidente do Conselho para a Nação Portuguesa era claro e, com certeza, pouco permissivo a significativas ou restritas reformas de que natureza fossem. De igual modo, compreendemos que a permanência dos monumentos no lugar de nossos antigos e, a par, no lugar das memórias entretanto restauradas sempre se instituiu como um dos seus prediletos objetos de propaganda e de pedagogia daquele genuíno *homem novo* que a todo o custo se queria fazer crer existir.

De contrário, recordemos o verão de 1951 e atendamos como Oliveira Salazar de *Férias com Christine Garnier*<sup>59</sup> no Vimieiro lhe confessaria o interesse assentido aos monumentos como uma das suas "prisões sentimentais". Revivamos então tal momento decorrido numa manhã sossegadamente passada na "salinha azul" da

---

<sup>55</sup> Cf. Oliveira Salazar, 1935a; 1937a; 1943; 1951; 1959; 1967.

<sup>56</sup> Tais lições acham-se reunidas na obra *Inéditos e Dispersos*, que a editora Bertrand publicou em 1997-1998.

<sup>57</sup> Recorde-se que em 2007 a editora Parceria A. M. Pereira divulgou este leque de entrevistas, a par de outros testemunhos de António Ferro e Oliveira Salazar, sob a referida designação.

<sup>58</sup> Relembre-se que os encontros vividos entre o Presidente do Conselho e Christine Garnier ficaram primeiramente gravados na obra *Vacances avec Salazar*, editada por Bernard Grasset. Neste trabalho adotaremos a versão portuguesa, igualmente dada à estampa em 1952, no caso pela Parceria A. M. Pereira.

<sup>59</sup> A fim de evitar redundâncias desnecessárias, note-se que esta citação, assim como as demais que seguidamente reproduziremos, encontram-se entre as páginas 189 e 190 da aludida edição.

sua casa à luz das *Belas Artes*, cujo ponto de partida adveio de um fragmento de *O pensamento de Salazar*<sup>60</sup> que a própria jornalista belga reproduziu:

“Exemplos alheios provam-nos à saciedade que transformar artistas e escritores em funcionários públicos significa, praticamente, proibi-los de criar. A arte não é um livro de ponto. Se passa a constituir uma obrigação, um dever, deixa de existir ou finge que existe, isto é, cabula”.

Foi, portanto, focada neste curto excerto e lançando a vista na direção de uma daquelas *paredes azuis* onde se avistavam o “retrato cromo de Dante” e uma tela que retratava uma “religiosa enclausurada atrás de uma grade” que a convidada, “com um pouco de impertinência”, afrontaria o anfitrião interrogando-o acerca da sua verdadeira estima pela arte. “Salazar, que estava com a cabeça apoiada às costas da poltrona [teve] um sobressalto de indignação” quando aparentemente se vira defrontado com semelhante questão, narra Christine Garnier antes de oferecer aos leitores a diligente contestação do seu interlocutor. Seguramente, a resposta do “senhor Presidente” não poderia ser mais elucidativa com relação à consideração tida em geral por todas as *Belas Artes*, mas, sobremaneira, sentida por aquela benemérita e prestigiada obra que em tempo oportuno restabeleceu a suposta originalidade, as *feições primitivas*, de muitos monumentos. Apreciando o caminho já percorrido pela Ditadura, Oliveira Salazar replicaria por fim junto de Christine Garnier que perante o novo estado da Nação certamente nenhum português podia equacionar o seu profundo respeito e afeto pela arte. Afinal:

“Se a arte não me impressionasse profundamente não teria defendido com tanta persistência o nosso património artístico, abandonado há dezenas de anos, nem teria cuidado do restauro de monumentos, de igrejas, de palácios nacionais e de museus. Mas eu adivinho o seu pensamento: considera sem valor os quadros que ornamentam esta sala”.

Conquanto demais factos e circunstâncias devessem ser historiados, confiamos, todavia, que desta sucinta retrospectiva cinematográfica, unicamente exibida em catorze documentários, se visiona com justo acerto de que forma os *monumentos*

---

<sup>60</sup> Trata-se do título de uma coleção oficial de discursos de Oliveira Salazar que foi publicada pelo SPN/SNI, logo a partir do ano de 1934, com o intuito de divulgar e propagandear as verdades e certezas do ditador português.

*nacionais* consubstanciaram no lugar da terra aquelas *prisões sentimentais* antevistas pelo Ditador Beirão e, em consequência, certa ideia de *Ser Português*.

Assim como adverte Luís Reis Torgal no aludido texto publicado em 2011 pelo Círculo de Leitores e Temas e Debates, também nós não procurámos aclarar se Oliveira Salazar era um confesso cinéfilo, e, caso o fosse, que filmes admirava e como os gostava de ver. Aliás, segundo revelava António Ferro<sup>61</sup> numa extensa carta endereçada, em 28 de março de 1952, a Christine Garnier, de quando em quando o Presidente do Conselho ia, de facto, ver um filme ao cinema, embora não rara vez o avisasse que *acelerado* gênero de atividade lúdica invariavelmente lhe provocasse indesejadas insónias. Uma circunstância da vida privada do líder do País que o próprio *cinesta do regime*, António Lopes Ribeiro, em *Conversas em família com Nuno Rogeiro* tal-qualmente reproduziria, cerca de quarenta anos mais tarde, nas páginas da edição de 22 de setembro de 1992 de *O Diabo*. Por certo, vinham-lhe à memória as muitas sessões que organizou com António Ferro no Círculo Eça de Queirós, onde Oliveira Salazar, sem tempo para ver os famosos filmes estrangeiros, se predispunha, voluntariamente, a assistir a todas as curtas e longas-metragens produzidas em Portugal.

Ainda que distintos episódios se revistam de capital importância, nesta reflexão pretendemos sobretudo comprovar, outrossim à imagem do citado historiador (2011, p. 35), como o cinema, “independentemente da sensibilidade estética de Salazar, ou da falta dela”, foi apropriado em favor da invejada popularização de incensuráveis *mitos ideológicos*. Não obstante tal premissa, fatalmente se descobre que, à sorte do ambiente então experimentado intramuros, o cinema, em geral, e os documentários, em particular, sempre estiveram *sob o olhar atento de Salazar*.

Caso alguma dúvida exista, observemos a título de exemplo uma breve resenha delineada pelo SPN relativamente ao estado de *Le Cinéma Portugais: Son Histoire; Ses Artistes; Ses Techniciens; Ses Dernières Productions*, ao ano de 1944. Pela pena do SPN, dava-se, enfim, a conhecer a um *Novo Mundo*, quase a renascer das cinzas, que efetivamente o Estado Novo tudo havia feito para desenvolver a indústria do cinema, demonstrando-o mediante a promulgação de legislação específica e, em especial, com a realização de numerosos filmes, às quais, depreende-se, não era indiferente o comprometimento, empenhado, do Chefe do Governo. Após se explicar diversos aspetos relacionados com a história do cinema português, em concreto,

---

<sup>61</sup> Em 2016, tal missiva foi divulgada por Rita Ferro em *António Ferro: Um Homem por Amar*.



concernentes aos seus mais proeminentes estúdios e laboratórios, realizadores, operadores, artistas e prémios cinematográficos, presumivelmente aqueles atribuídos pelo SPN (1944, [s.i.]), outorgar-se-ia neste prontuário, escrito em francês, inglês e alemão, uma rubrica em exclusivo dedicada aos respeitados e aplaudidos “Documentaires Portugais”. Em síntese, tal organismo (1944, [s.i.]) na inteira dependência da Presidência do Conselho, ou seja, de Oliveira Salazar, reconhecia que

“[d]epuis l'apparition du cinéma sonore, et particulièrement en ces dernières années, le film à court métrage de caractère culturel ou uniquement documentaire tient, par le nombre et par la qualité, une place très appréciable dans le cinéma national”.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Avelino de (Dir.) (1930, 1 de junho). Pela Nossa Terra! Façam-se documentários de turismo: Os exemplos alheios, nomeadamente o de Espanha. *Cinéfilo*, n.º 93, p. 16.
- AMEAL, João (1934). *Decálogo do Estado Novo*. Lisboa: Edições SPN.
- BAPTISTA, Tiago (2008). *A Invenção do Cinema Português*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- BAPTISTA, Tiago (2017). Almada e a vida das ervilhas: cinema, modernistas e modernismos. In Mariana Pinto dos Santos (Ed.), *José de Almada Negreiros: uma maneira de ser moderno* (p. 65-72). Lisboa: Museu Calouste Gulbenkian; Documenta.
- CINEMATECA PORTUGUESA-MUSEU DO CINEMA (2015). *Jornal Português: Revista Mensal de Atualidades: 1938-1951* (5 DVD). Lisboa: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.
- CORREIA, Luís Miguel (2011a). *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]* (2.ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CORREIA, Luís Miguel (2011b). O lugar dos *monumentos nacionais* no contexto das *Cartas de Atenas*. Discurso e prática do *moderno*. In José Delgado Rodrigues e Sílvia Pereira (Ed.), *Actas do simpósio: Património em construção: Contextos para a sua preservação* (p. 367-374). Lisboa: LNEC; IHA.
- CORREIA, Luís Miguel (2016). *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: Da definição de um projeto à memorização de um legado*. Tese de Doutoramento, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Portugal.
- FERRO, António (1927). *Viagem à Volta das Ditaduras*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.
- FERRO, António (1932(a), 7 de maio). Vida. *Diário de Notícias*, [s.i.].
- FERRO, António (1932(b), 21 de novembro). Política do Espírito. *Diário de Notícias*, [s.i.].
- FERRO, António (1933). *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- FERRO, António (1949). *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*. Lisboa: Edições SNI.

- FERRO, António (1950a). Cinemas Ambulantes, Caravanas de Imagens. In António Ferro, *Teatro e Cinema (1936-1949)* (p. 33-39). Lisboa: Edições SNI.
- FERRO, António (1950b). Grandeza e Miséria do Cinema Português. In António Ferro, *Teatro e Cinema (1936-1949)* (p. 41-57). Lisboa: Edições SNI.
- FERRO, António (1950c). O Estado e o Cinema. In António Ferro, *Teatro e Cinema (1936-1949)* (p. 59-78). Lisboa: Edições SNI.
- FERRO, António (1952, 28 de março). [Carta endereçada a Christine Garnier]. In Rita Ferro, *António Ferro: Um Homem por Amar* (p. 395-413). Alfragide: D. Quixote.
- FERRO, António (2007). *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- FERRO, Rita (2016). *António Ferro: Um Homem por Amar*. Alfragide: D. Quixote.
- FRAZÃO, Paulo (Dir.) (1929, janeiro). A Peregrinação Patriótica e o seu documentário cinegráfico. *Cine: Revista Mensal de Arte Cinematográfica*, n.º 8, p. 20.
- GARNIER, Christine (1952a). *Vacances avec Salazar*. Paris: Bernard Grasset.
- GARNIER, Christine (1952b). *Férias com Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- GOMES DA SILVA, Henrique (1935). Monumentos Nacionais – Orientação técnica a seguir no seu restauro. In União Nacional (Ed.), *I Congresso da União Nacional: discursos, teses e comunicações, Vol. IV* (p. 53-64). Lisboa: Edição da União Nacional.
- GUENNE, Jacques (Dir.) (1934, novembro). [Portugal]. *Living Art: L'Art Vivant*, n.º 190, [s.i.].
- JUNIOR, Rocha (1940). *Portugal dos Pequenitos: Um país de conto de fadas*. Coimbra: Tipografia Gráfica de Coimbra.
- LABS-EHLERT, Brigitte (2006). Prefácio. In Peter Zumthor, *Atmosferas* (Trad. de Astrid Grabow) (p. 7-9). Barcelona: Gustavo Gili.
- LOPES, David (1928, fevereiro-março) (Ed.). Uma Questão Nacional. *De Cinema: Revista Mensal Ilustrada*, n.º 2, p. 1.
- LOPES RIBEIRO, António (1941, janeiro). O Cinema Português perante o Chefe. *Animatógrafo*, 2.ª Série, n.º 9, p. 5.
- LOPES RIBEIRO, António (1992, 22 de setembro). Conversas em família com Nuno Rogeiro. *O Diabo*, [s.i.].
- M. S. (1928, outubro). O Cinema e os Nossos Monumentos. *Cine: Revista Mensal de Arte Cinematográfica*, n.º 5, p. 4.
- MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, e BELO, Duarte (1997). *Portugal: O Sabor da Terra*. [Lisboa]: Círculo de Leitores; EXPO'98.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1934-1966). *O pensamento de Salazar*. Lisboa: Edições SPN; Edições SNI.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1935a). *Discursos, Vol. I: 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1935b). Para servir de prefácio. In António de Oliveira Salazar, *Discursos, Vol. I: 1928-1934* (p. VII-XXXII). Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1937a). *Discursos e notas políticas, Vol. II: 1935-1937*. Coimbra: Coimbra Editora.

- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1937b). As grandes certezas da Revolução Nacional. In António de Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas, Vol. II: 1935-1937* (p. 125-141). Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1937c). Era de Restauração. Era de Engrandecimento. In António de Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas, Vol. II: 1935-1937* (p. 143-149). Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1943). *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1951). *Discursos e notas políticas, Vol. IV: 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1959). *Discursos e notas políticas, Vol. V: 1951-1958*. Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1967). *Discursos e notas políticas, Vol. VI: 1959-1966*. Coimbra: Coimbra Editora.
- OLIVEIRA SALAZAR, António de (1997-1998). *Inéditos e Dispersos*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- PASCOAES, Teixeira de (1915). *Arte de Ser Português*. Porto: Renascença Portuguesa.
- PEREIRA, Alberto (Dir.-Ed.) (1920, 30 de setembro). O Cinema Patriótico e Instrutivo. *Porto Cinematográfico: Revista Mensal*, Ano II, n.º 2, p. 1.
- Portugal. Decreto n.º 20985 de 7 de março de 1932. *Diário do Governo n.º 56 – I Série*. Ministério da Instrução Pública, Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes.
- Portugal. Decreto n.º 21875 de 18 de novembro de 1932. *Diário do Governo n.º 271 – I Série*. Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Gabinete do Ministro.
- Portugal. Decreto-Lei n.º 23054 de 25 de setembro de 1933. *Diário do Governo n.º 218 – I Série*. Presidência do Conselho.
- Portugal. Decreto-Lei n.º 26611 de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo n.º 116 – I Série*. Ministério da Educação Nacional, Secretaria Geral.
- Portugal. Decreto n.º 34134 de 24 de novembro de 1944. *Diário do Governo n.º 260 – I Série*. Presidência do Conselho.
- Portugal. Decreto-Lei n.º 36058 de 24 de dezembro de 1946. *Diário do Governo n.º 293 – I Série*. Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.
- Portugal. Lei n.º 2027 de 18 de fevereiro de 1948. *Diário do Governo n.º 39 – I Série*. Presidência do Conselho.
- Portugal. AOS – Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974. António Lopes Ribeiro. (1937). *Filme Comemorativo do 3.º Centenário da Independência de Portugal em 1940 – Projeto*. Centenários 1938/1941 (Proc.º: PT/TT/AOS/D-M/8/1/14; Cota: Arquivo Salazar, PC-22, cx. 524, capilha 14). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

- Portugal. AOS – Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974. [s.i.] (1942-1947). *Proteção ao cinema nacional*. Cinema Português 1942/1947 (Proc.º: PT/TT/AOS/D-M/10/1; Cota: Arquivo Salazar, PC-20, cx. 527). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Portugal. AOS – Arquivo Oliveira Salazar 1908/1974. [s.i.] (1934-1938). *Utilização do cinema para fins de propaganda*. Propaganda Nacional 1931/1951 (Proc.º: PT/TT/AOS/D-M/31/5/1; Cota: Arquivo Salazar, PC-12D, cx. 661, pt.1). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Portugal. SNI – Secretariado Nacional de Informação 1929/1974. [s.i.] (1936-1950). *Correspondência recebida 1936/1950: a obra do S.P.N. (1936-1949)*. Processos do Gabinete do Secretário Nacional (Proc.º PT/TT/SNI-GS/20/11; Cota: Secretariado Nacional de Informação, cx. 558). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Portugal. SNI – Secretariado Nacional de Informação 1929/1974. [s.i.] (12 de janeiro de 1941). *Recorte do jornal Voz de Portugal: O cinema na propaganda de Portugal*. Processos do Gabinete do Secretário Nacional / Correspondência recebida 1936/1950: a obra do S.P.N. (1936-1949). (Proc.º PT/TT/SNI-GS/20/11; Cota: Secretariado Nacional de Informação, cx. 558). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Portugal. SNI – Secretariado Nacional de Informação 1929/1974. [s.i.] (1933-1951). *Correspondência recebida 1933/1951: Lei de proteção ao Cinema (1946-1949); Cinema nacional (1941-1949, inclui relatório de António Lopes Ribeiro); Espetáculos Públicos realizados pelo SPN (1933-1938)*. Processos do Gabinete do Secretário Nacional (Proc.º PT/TT/SNI-GS/20/25; Cota: Secretariado Nacional de Informação, cx. 724). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Portugal. SNI – Secretariado Nacional de Informação 1929/1974. [s.i.] (1938-1951). *Correspondência recebida 1938/1951: Comissão Executiva dos Centenários (recepção)*. Processos do Gabinete do Secretário Nacional (Proc.º PT/TT/SNI-GS/20/35; Cota: Secretariado Nacional de Informação, cx. 1623). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- PIÇARRA, Maria do Carmo (2006). *Salazar vai ao Cinema: O Jornal Português de Atualidades Filmadas*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- RAIMUNDO, Orlando (2015). *António Ferro: O Inventor do Salazarismo*. Alfragide: D. Quixote.
- REIS TORGAL, Luís (Coord.) (2001). *O cinema sob o olhar de Salazar*. [Lisboa]: Círculo de Leitores; Temas e Debates.
- REIS TORGAL, Luís (2009). *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- REIS TORGAL, Luís (2011). Introdução. In Luís Reis Torgal (Coord.), *O cinema sob o olhar de Salazar* (p. 13-39). [Lisboa]: Círculo de Leitores; Temas e Debates.
- ROSA, João Pereira da (Dir.) (1938, 19 de fevereiro). Cinema gratuito para o povo organizado pelo Secretariado da Propaganda Nacional. *O Século Ilustrado*, n.º 8, p. 13.
- ROSA, João Pereira da (Dir.) (1939, 27 de maio). As Pedras Sagradas de Portugal. *O Século Ilustrado*, n.º 73, p. 16-17.

- ROSAS, Fernando (2012). *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- ROSMANINHO, Nuno (2018). *A Deriva Nacional da Arte. Portugal, Séculos XIX-XXI*. Ribeirão – Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- SEABRA, Jorge (2016). *O cinema no discurso do poder: dicionário sobre legislação cinematográfica portuguesa (1896- 1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SNI (1958). *“Um instrumento de governo”: 25 anos de ação: 1933-1958*. Lisboa: Edições SNI.
- SPN [1934]. *Portugal 1934*. Lisboa: Edições SPN.
- SPN (1944). *Le Cinéma Portugais: Son Histoire; Ses Artistes; Ses Techniciens; Ses Dernières Productions*. Lisboa: Edições SPN.
- TÁVORA, Fernando (1945, 10 de novembro). O Problema da Casa Portuguesa. *Aléo*, p. 10.
- TÁVORA, Fernando (1962). *Da organização do espaço*. Porto: Imprensa Social.
- TÁVORA, Fernando (1996). *Da organização do espaço* (3.ª ed.). Porto: FAUP Publicações.
- X. (1928, setembro). O Cinema como Elemento de Propaganda. *Cine: Revista Mensal de Arte Cinematográfica*, n.º 4, p. 4.
- ZUMTHOR, Peter (2006). *Atmosferas* (Trad. de Astrid Grabow). Barcelona: Gustavo Gili.

## Lista de documentários (ordem cronológica)

- Portugal. Commission de Propagande du Tourisme Portugais à L'étranger (realizador). (1930(?)). *Le Portugal Terre de Lumière*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. António de Meneses (realizador). (1938). *A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. Luís Nunes (realizador). (1939). *Portugal, Escalas de Exposição*. ANIM, Cinemateca Portuguesa, Loures.
- Portugal. António Lopes Ribeiro (realizador). (1940). *As Festas do Duplo Centenário*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. Augusto Fraga (realizador). (1940). *Portugal, Oito Séculos de História*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. António Lopes Ribeiro (realizador). (1941). *A Exposição do Mundo Português*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. Lino António (realizador). (1942). *Monumentos Nacionais*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. António Lopes Ribeiro (realizador). (1948). *14 Anos de Política do Espírito – Apontamentos para uma Exposição*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. António Lopes Ribeiro, Felipe de Solms e Carlos Filipe Ribeiro (realizadores). (1948). *Quinze Anos de Obras Públicas*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. Fernando Garcia (realizador). (1959). *Castelos Portugueses*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.

- Portugal. António Lopes Ribeiro (realizador). (1959). *Sés Portuguesas*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. António Lopes Ribeiro. (realizador). (1960). *Mosteiros Portugueses*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. Américo Leite Rosa (realizador). (1961). *Escala Pelo Porto – Caminhos de Portugal 2*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. António Lopes Ribeiro (realizador). [1966]. *As Artes ao Serviço da Nação*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.
- Portugal. Perdigão Queiroga (realizador). (1967). *Castelos – Monumentos Restaurados*. Loures: ANIM, Cinemateca Portuguesa.

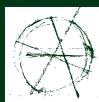
(Página deixada propositadamente em branco)

Os Cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20.

Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objetivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e refletem, por isso, a atividade de investigação efetuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Coordenadores: António Rochette Cordeiro, Dina Sebastião e Sara Dias-Trindade

2



CEIS20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA  
UID/HIS/00460/2019